



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

**RELATÓRIO PARCIAL DE
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
UEL – ANO BASE 2016**

Londrina – PR
Março/2017

DADOS DA MANTENEDORA

Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior
– SETI

Pessoa Jurídica de Direito Público Estadual CNPJ - 77.046.951/0001-26

Endereço - Avenida Prefeito Lothário Meissner, 350 Jardim Botânico

CEP 80210 170

Município - Curitiba – PR

Fone - +55 (41) 3281 7300

www.seti.pr.gov.br

DADOS DA MANTIDA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL

CNPJ - 78.640.489/0001-53 Campus Universitário – Caixa Postal 10.011

Rodovia - Celso Garcia Cid PR-445, Km 380 CEP - 86057-970

Município - Londrina – PR

Fone +55 (43) 3371-4000

www.uel.br

REITORIA

Reitora Prof^a. Dra. Berenice Quinzani Jordão
Vice-Reitor Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN
Enfa. Dr^a. Cleuza Catsue Takeda Kuwabara

Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Prof^a. Dr^a. Sueli Édi Rufini

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG
Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfieri

Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Me. Gilberto Hildebrando

Pró-Reitoria de Administração e Finanças - PROAF
Prof. Dr. Luis Fernando Pinto Dias

Pró-Reitoria de Recursos Humanos – PRORH
Prof. Dr. Leandro Ricardo Altimari

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/UEL **(Mandato 2017-2019)**

Presidente: Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Saladini (CEFE)

Vice-Presidente: Prof^a. Dr^a. Elisa Emi Tanaka Carloto (CCS)

MEMBROS TITULARES

Representantes Docentes

Prof^a. Dr^a. Cândida Alayde de Carvalho Bittencourt (CECA)

Prof. Dr. Henrique de Santana (CCE)

Prof. Dr. José Roberto Pinto de Souza (CCA)

Prof^a. Dr^a. Lucy Megumi Yamauchi Lioni (CCB)

Prof^a. Dr^a. Maria Bernadete de Moraes França (CTU)

Prof. Ms. Miguel Belinati Piccirillo (CESA)

Prof. Dr. Silvio José Stessuk (CCH)

Representantes Técnicos Administrativos

Maria Lucia Correia Lemes (CCE)

Marinalva Calabrez Rissi (PROPLAN)

MEMBROS SUPLENTES

Representantes Docentes

Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli (CESA)

Prof^a. Dr^a. Ednéia Consolin Poli (CECA)

Prof^a. Dr^a. Juliana Bayeux Dascal (CEFE)

Prof^a. Dr^a. Maria Inês Rezende (CCE)

Prof^a. Dr^a. Milena Kanashiro (CTU)

Prof^a. Dr^a. Fernanda Pacheco Lassance (CCB)

Prof. Dr. Otávio Jorge Grigoli Abi Saab (CCA)

Representantes Técnicos Administrativos

Alexandre do Nascimento Marçal (CCE)

Daniel Souza de Oliveira Correa (SEBEC)

(Designados pela Portaria N° 7085, de 15 de dezembro de 2016, os atuais membros da CPA são os seguintes, para o mandato de 27.12.16 a 27.12.17)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/UEL (Mandato 2014-2016)

Presidente: Prof. Dr. Paulo Arnaldo Olak (CESA), a partir de 02.05.16
Prof^a. Dr^a. Silmara Sartoreto de Oliveira (CCB), até 01.05.16

MEMBROS TITULARES

Representantes Docentes

Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Saladini (CEFE)
Prof^a. Dr^a. Cândida Alayde de Carvalho Bittencourt (CECA)
Prof. Ms. Edison Archela (CCE)
Prof^a. Dr^a. Elisa Emi Tanaka Carloto (CCS)
Prof. Dr. José Roberto Pinto de Souza (CCA)
Prof. Dr. Jorge Daniel de Melo Moura (CTU)
Prof. Dr. Paulo Arnaldo Olak (CESA)
Prof. Dr. Sílvio José Stessuk (CCH)
Prof^a. Dr^a. Silmara Sartoreto de Oliveira (CCB)

Representantes Técnicos Administrativos

Marinalva Calabrez Rissi (PROPLAN)
Maristela Martins (LABTED)

Representante da Sociedade Civil Organizada

Rosemary Batista de Oliveira (Observatório da Gestão Pública de Londrina)

Representante Discente

Paula Cortes de Ferraz Delfiol (Graduanda em Secretariado Executivo)

(Portarias nº 3.350/14 de 26 de junho de 2014; 3.560/14 de 02 de julho de 2014; 5.388 de 26 de agosto de 2014; 5.545 de 29 de Agosto de 2014 e 2.853, de 02 de maio de 2016)

LISTA DE SIGLAS

AINTEC	Agência de Inovação Tecnológica
ATI	Assessoria de Tecnologia de Informação
CA	Conselho de Administração
CAD	Comissão de Avaliação Docente
CAI	Comissão de Avaliação Institucional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCE	Centro de Ciências Exatas
CCH	Centro de Letras e Ciências Humanas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CEA	Comissão Estadual de Avaliação
CECA	Centro de Educação, Comunicação e Artes
CEE/PR	Conselho Estadual de Educação do Paraná
CEFE	Centro de Educação Física e Esporte
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CIUS	Conselho de Interação Universidade – Sociedade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMLP	Central Multiusuária de Laboratórios de Pesquisa da UEL
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COM	Coordenadoria de Comunicação Social
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COPS	Coordenadoria de Processos Seletivos
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRES	Contrato em Regime Especial
CTAA	Comissão Técnica de Acompanhamento de Avaliação
CTU	Centro de Tecnologia e Urbanismo
CU	Conselho Universitário
CUIA	Comissão Universidade para os Índios
DAAI	Diretoria de Avaliação e Acompanhamento Institucional
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DASC	Divisão de Assistência à Saúde da Comunidade
DAT	Divisão de Apoio Técnico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOU	Diário Oficial da União
EaD	Educação à Distância
EAIC	Encontro Anual de Iniciação Científica
EDUEL	Editora da UEL
E-MEC	Sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino de Superior)
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAEPE	Fundo de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FOPE	Fórum Permanente das Licenciaturas
GEPE	Grupo de Estudos em Práticas de Ensino
HU	Hospital Universitário
IC	Iniciação Científica
IES	Instituto de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INTUEL	Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social

LABESC	Laboratório Escola de Pós-Graduação
LABTED	Laboratório de Tecnologia Educacional
LOA	Lei de Orçamento Anual
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEAD	Núcleo de ensino a distância
NT	Nota Técnica
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PDEE	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PEC-G	Programa Estudante Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PNPD	Programa Instituição de Bolsas de Iniciação a Docência
PNPD	Programa Nacional de Pós-doutorado
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROAF	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
PROAP	Programa de Apoio a Pós-Graduação
PRODOC	Programa de Apoio a Projetos Institucionais com participação de recém-doutores.
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROINEX	Programa de Iniciação Extensionista
PROPE	Programa de Apoio ao acesso e Permanência para Formação do Estudante
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PRORH	Pró-Reitoria de Recursos Humanos
PUBLIC	Programa de Apoio a publicações envolvendo alunos de Iniciação Científica
QS	<i>Quacquarelli Symonds Limited</i>
SAUEL	Sistema de Arquivos da UEL
SEBEC	Serviço de Bem Estar à Comunidade
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETI	Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIDE	Tempo Integral e Dedicção Exclusiva
TWAS	Third World Academy of Science
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNIFIL	Centro Universitário Filadélfia
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Contexto Educacional e Organizacional da Universidade Estadual de Londrina	10
1.2	Constituição e Desenvolvimento do Processo de Autoavaliação Institucional – UEL	14
2	METODOLOGIA	18
2.1	Considerações Preliminares	18
2.2	Etapas para a Construção do Relatório	20
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	22
3.1	Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	23
3.1	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.	23
3.2	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> .	28
3.3	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>Lato sensu</i> .	32
3.4	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	34
3.5	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.	37
3.6	Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	40
3.7	Comunicação da IES com a comunidade externa.	42
3.8	Comunicação da IES com a comunidade interna.	44
3.9	Programas de atendimento aos estudantes.	46
3.10	Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	47
3.11	Política e ações de acompanhamento dos egressos.	48
3.12	Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	49
3.13	Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.	50
3.2	Eixo 4 – Políticas de Gestão	51
4.1	Política de formação e capacitação docente.	51
4.2	Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	53
4.3	Gestão institucional.	54
4.4	Sistema de registro acadêmico.	55
4.5	Sustentabilidade financeira.	56

4.6	Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	58
4.7	Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente.	59
4.8	Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.	60
3.3	Síntese da Análise dos Resultados – Eixos 3 e 4	62
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
5	REFERÊNCIAS	63

1. INTRODUÇÃO

As transformações da educação e seus cenários universitários passam por inúmeros desafios na construção da autonomia que define uma Universidade (VERHINE; FREITAS, 2010) voltada para a formação de profissionais comprometidos e solidários em busca de uma sociedade mais justa e igualitária e que, administrativamente, tenha modernidade e um projeto financeiro viável, além de constituir-se em um modelo de gestão democrática e eficaz e, sobretudo, transparente para as comunidades sociais interna e externa.

Como forma de organização didática deste Relatório Parcial, referente ao ano base de 2016, optou-se por apresentar as informações necessárias em dois momentos: o primeiro, contextualizando e configurando o modelo de administração e organização institucional; e, em seguida, apresentando a constituição e o desenvolvimento do processo de avaliação (interna e externa), desde sua implantação até o presente momento.

1.1 Contexto Educacional e Organizacional da Universidade Estadual de Londrina

Histórico¹

A autorização de criação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), se deu no âmbito do sistema estadual por meio da Lei nº 6.034, de 06/11/69 (publicada no DOE-PR nº 209, págs. 1 e 2, de 10/11/69). O Decreto nº 18.110, de 28/01/70 (publicado no DOE-PR nº 275, págs. 1 e 2, de 30/01/70), cria a UEL sob a forma de Fundação, a partir da junção de cinco Faculdades de Londrina, agregando em Departamentos, os vários professores e disciplinas dos cursos, ofertados à época, congregando áreas afins, dentro do sistema de créditos, então vigente, e os Departamentos afins, por sua vez, foram reunidos em Centros de Estudos.

A UEL iniciou suas atividades com 13 cursos de graduação: História, Geografia, Letras (Anglo-Portuguesas e Franco-Portuguesas), Pedagogia, Ciências (1º Grau), Direito, Odontologia, Medicina, Farmácia e Bioquímica, Ciências Biomédicas, Ciências Econômicas e Administração.

Foi reconhecida por meio do Parecer nº 592, de 18/08/71, publicado na Documenta nº 130, pág. 246-9, MEC-Câmara de Ensino Superior (2º Grupo), e do Decreto Federal nº 69.324, de 07/10/71, publicado no DOU de 08/10/71 – Seção I – Parte I).

A pós-graduação também teve início na Instituição na década de 70 com o retorno dos docentes que se encontravam em capacitação, sendo implantado, em 1972, o Curso de Especialização em Odontopediatria, seguido, no ano de 1973, pela implantação de 6 áreas de Residência Médica e pelos Mestrados em Ciências de Alimentos (1975) e em Direito (1978).

¹ Extraído do sítio da UEL: http://www.uel.br/prograd/docentes/documentos/orientacoes_para_elaboracao_ppc.pdf, em 07/02/16.

Enquanto Fundação Estadual contou com recursos provenientes da contribuição do alunado e do Governo do Estado. Em 1987 foi implantado o ensino gratuito no nível de graduação, sendo transformada em Autarquia pela Lei Estadual 9.663, de 16/07/91, publicada no Diário Oficial nº 3.555, de 16/07/91.

Possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, mas é dependente financeiramente do Governo Estadual, de onde se origina a maior parte dos recursos que asseguram sua operação e manutenção.

Em 2005, no Processo Seletivo Vestibular, adotou o sistema de cotas para estudantes que se autodeclararam negros e para os estudantes oriundos de escolas públicas. A partir de 2010, utilizou os resultados do ENEM para preenchimento das vagas remanescentes e em 2015 regulamentou a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a reserva de vagas nos cursos de graduação da UEL (Resolução CEPE 055/2015).

A UEL está localizada em Londrina, Paraná, uma das maiores cidades do Sul do país, com 510.000 habitantes (IBGE 2009), sendo reconhecida como potencializadora econômica, com influência direta e indireta aos municípios localizados no norte do Estado do Paraná, Sul de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em um Estado que conta com 186 Instituições de Ensino Superior, sendo 14 públicas (4 federais, 7 estaduais, 3 municipais) e 172 privadas (dados do e-MEC 2015), a UEL é reconhecida como uma das melhores universidades do país, desempenhando um papel decisivo no dinâmico desenvolvimento da cidade e região, com destaque na prestação de excelentes serviços de saúde, na pesquisa e extensão à sociedade e no ensino de qualidade para a formação de profissionais, em diferentes áreas de conhecimento.

Finalidade²

A UEL tem como finalidade gerar, disseminar e socializar o conhecimento em padrões elevados de qualidade e equidade; formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento; valorizar o ser humano, a vida, a cultura e o saber; promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural da sociedade; conservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia; estimular a solidariedade humana na construção da sociedade e na estruturação da vida e do trabalho; educar para a cidadania, estimulando a atuação coletiva; propiciar condições para a transformação da realidade, visando justiça e equidade social; estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas contemporâneos; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular, os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

² Idem, idem.

A Instituição Hoje³

A UEL é hierarquicamente organizada de modo a regular as funções e atribuições de cada unidade, assegurando a eficiência das atividades com vistas à realização de sua finalidade. Tal constituição objetiva, primordialmente, a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Os Órgãos Executivos da Administração Superior congregam funções burocráticas e administrativas da Universidade e todos os órgãos estão agregados, direta ou indiretamente, à Reitoria. São eles: Gabinete da Reitoria; Secretaria Geral dos Órgãos Colegiados Superiores; Assessoria de Auditoria Interna; Assessoria de Relações Internacionais (ARI); Assessoria de Tecnologia de Informação (ATI); Procuradoria Jurídica (PJU); seis (06) Pró-Reitorias: de Graduação (PROGRAD); de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG); de Extensão (PROEX); de Administração e Finanças (PROAF); de Recursos Humanos (PRORH) e de Planejamento (PROPAN), além da Prefeitura do Campus Universitário; Coordenadoria de Processos Seletivos (COPS) e Coordenadoria de Comunicação Social (COM).

Os nove (09) Centros de Estudos e os cinquenta e sete (57) Departamentos constituem as Unidades de ensino, pesquisa e extensão da UEL sendo responsáveis pela organização dos cursos de graduação e de pós-graduação e dos projetos de pesquisa em ensino, de pesquisa e de extensão.

Conta ainda com quinze (15) Órgãos Suplementares com finalidade social, científica, cultural, técnica e esportiva, subordinados administrativamente à Reitoria e vinculados academicamente aos Centros de Estudos, para fins de integração de suas atividades com a comunidade interna e com a sociedade. São eles: Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss; Museu de Ciência e Tecnologia de Londrina; Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos; Escritório de Aplicação de Assuntos Sócio-Econômicos; Clínica Psicológica; Hospital Universitário; Clínica Odontológica Universitária; Clínica de Especialidades Infantis (Bebê Clínica); Laboratório de Medicamentos; Casa de Cultura; Colégio de Aplicação Pedagógica da UEL Professor José Aloísio Aragão – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional; Televisão Cultural e Educativa da UEL; Rádio FM UEL; Hospital Veterinário; e Fazenda Escola.

Além destes, possui seis (06) Órgãos de Apoio: Biblioteca Central; LABTED; SEBEC; EDUEL; SAUEL e AINTEC, com a finalidade de atender à comunidade da UEL e à sociedade, constituindo campo de estágio para estudantes de graduação e de pós-graduação.

Em seu aspecto deliberativo, estrutura-se por meio do Conselho Universitário (CU), instância máxima, composta pelas Câmaras de Legislação e Recursos, e de Finanças e Orçamento; do Conselho de Administração (CA) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

³ Idem, idem.

(CEPE), composto pelas Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, e de Extensão.

Em 2003, foi criado, por meio da Resolução nº 18/2003, do CU, o CIUS, órgão consultivo e propositivo, constituindo-se um espaço privilegiado de interlocução da Universidade com os vários setores da sociedade.

A representação política dos estudantes no âmbito da Instituição, em especial nas instâncias superiores, ou seja, nos órgãos colegiados superiores (CEPE, CA e CU), se dá por intermédio de indicações e/ou escolha pelo Conselho Deliberativo do DCE, que é o órgão de máxima representação estudantil. O DCE é formado por uma diretoria eleita pelos estudantes, cabendo aos próprios estudantes a organização da eleição. Articula-se com todos os Centros Acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação, que se constituem em rico espaço de convivência e de discussões. Por representar o conjunto dos estudantes da Universidade, o DCE, além de indicar a representação estudantil nos conselhos superiores, é constantemente convidado para participar de importantes instâncias de deliberação política da UEL e mesmo da comunidade externa.

O vestibular é realizado pela COPS, obedecendo aos dispositivos fixados, anualmente, pelo CEPE, e divulgado amplamente no sítio da UEL e em Jornais de Londrina e região.

No ano de 2016 ofertou 3.090 vagas sendo 2.550 no vestibular e 540 pelo SISU sendo distribuídas nos 69 cursos de graduação incluindo turnos e habilitações. No primeiro semestre a UEL contava com aproximadamente 14 mil estudantes nos cursos de graduação.

No ENADE, os cursos de graduação da UEL que foram avaliadas pelo MEC no triênio de 2012 a 2014, obtiveram conceitos que variam de 2 a 5.

Reconhecida como uma das melhores universidades do país, a UEL desempenha papel decisivo no desenvolvimento da cidade e região, com destaque na prestação de serviços de saúde, na pesquisa e extensão junto à sociedade e no ensino de qualidade para a formação de profissionais, em diferentes áreas do conhecimento. De acordo com as Avaliações Externas a que fora submetida, a UEL foi classificada em âmbito nacional como a primeira Instituição de Ensino Superior (IES) do Paraná, em 2014, último resultado divulgado pelo INEP, no Índice Geral dos Cursos (índice composto pela média ponderada dos conceitos dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação *Stricto sensu*), classificando-se em 22º lugar entre as Universidades Públicas do país. Em 2016, nas avaliações internacionais a UEL ficou classificada no *Quacquarelli Symonds Limited – QS World University Ranking* entre as oitocentas (800) melhores universidades do mundo, para este Ranking foram consideradas 4.322 universidades em todo o mundo, sendo avaliadas 916 universidades que se enquadraram nos critérios utilizados pelo QS World University. Neste Ranking a UEL é a 1ª Universidade Estadual do Paraná, sendo a 4ª Universidade Estadual do Brasil, 12ª Instituição de Ensino Superior do Brasil e 84ª Instituição de Ensino Superior da América Latina. No *Ranking* Universitário (*Folha de São Paulo – RUF*, no ano de 2016) a UEL se classificou como a 2ª Instituição

Estadual do Paraná, 6ª dentre as Instituições Estaduais do Brasil e 25ª dentre todas as Instituições de Ensino Superior do Brasil.

1.2 Constituição e desenvolvimento do processo de Autoavaliação Institucional – UEL

Segundo o Programa de Autoavaliação Institucional 2013-2017, apresentado no Relatório de Avaliação Institucional (2013), desde a década de 1980 a UEL tem desenvolvido os processos autoavaliativos com ações nos seus diversos níveis e instâncias. Porém, ainda não havia elaborado um Instrumento Institucional de Autoavaliação que estivesse atrelado ao SESU (1993), por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, no qual foram institucionalizadas questões relativas à avaliação, juntamente com a comunidade acadêmica e demais unidades institucionais.

A Comissão de Avaliação Docente (CAD) proposta na década de 1990, com o intuito de iniciar os processos internos de avaliação, julgou cumprir seus objetivos e propôs ainda na mesma década a criação da Comissão de Avaliação Institucional (CAI), inicialmente composta por representantes das cinco grandes áreas de conhecimento do CNPq (Humanas, Exatas, Biológicas, da Saúde e da Terra). Em 1994 a CAI alterou sua composição, passando a contar com representantes dos nove Centros de Estudos desta instituição, sendo eles: CCH, CESA, CECA, CEFE, CCE, CCA, CTU, CCB e CCS.

Segundo o Relatório de Avaliação Institucional (2013), a partir de 1996 o processo de avaliação começou a se esvaziar com a instituição do Exame Nacional de Cursos – “Provão” – e da Avaliação das Condições de Ensino. Já em 1999, foi criada a Comissão Permanente de Avaliação Institucional, em substituição a CAI, composta com a representação dos CA e CEPE, objetivando uma maior visibilidade institucional, inclusive com a alocação de recursos para as atividades de avaliação. Nesse mesmo ano, a UEL incorpora a Proposta de Avaliação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, retomando a proposta inicial do PAIUB.

Em 2002 a Instituição retoma a avaliação, orientada pelas discussões das políticas de avaliação do Governo Federal para a substituição do Exame Nacional de Cursos e da Avaliação das Condições de Ensino. Sendo assim, optou por reativar a Diretoria de Avaliação e Acompanhamento Institucional (DAAI), vinculada à PROPLAN, como núcleo responsável para o desenvolvimento de avaliação institucional, principalmente pelo seu vínculo com a PROPLAN.

De 2002 ao início de 2004 a DAAI buscou adequar-se tecnicamente para cumprir sua função de avaliação institucional. Projetos como o “Perfil do Aluno Ingressante”, “Acompanhamento do Egresso”, “Projeto de Evasão”, “Perfil Sócio-Econômico e Cultural dos Estudantes da UEL”, foram iniciativas desenvolvidas, com relatórios periódicos, além do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas diferentes unidades da Universidade.

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI), instituído em 2003, permitiu à instituição otimizar os recursos existentes para o desenvolvimento das suas atividades, assim como propiciou a correção de deficiências acumuladas ao longo dos anos.

Em abril de 2004, a Política Nacional de Avaliação – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) propôs um sistema global e integrado por diversos instrumentos complementares de avaliação: Autoavaliação, ENADE, Avaliação Externa e Instrumentos de Informação – Censo e Cadastros.

Em parceria com a PROPLAN, e em atendimento às orientações legais, a UEL instituiu uma Comissão Permanente de Avaliação (CPA), com trabalhos orientados pela DAAI, que, em Junho de 2004 estabeleceu, um período de 02 (dois) anos de gestão para os membros da CPA, como órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos administrativos) e de representantes da sociedade civil organizada, com o apoio e suporte da DAAI – PROPLAN e dos Órgãos Executivos da Reitoria, Centros de Estudos, Departamentos, Colegiados de Cursos, Órgãos Suplementares e Órgãos de Apoio existentes na estrutura organizacional da Universidade, em suas respectivas áreas de atuação.

Em 2005, atendendo à solicitação do MEC, a UEL elaborou e encaminhou um Programa de Autoavaliação Institucional, baseado nas dimensões do SINAES. Nesse mesmo ano, o Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR) assumiu os processos de avaliação no Sistema Estadual de Ensino, juntamente com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), por meio da Comissão Especial de Avaliação (CEA/PR).

A partir da nova constituição da CPA, em Agosto de 2006, as atividades da Comissão se concentraram na apreciação e aprovação do Relatório de Autoavaliação Institucional encaminhado à SETI/PR; no acompanhamento das avaliações externas dos cursos de Graduação, que culminam na avaliação do Sistema Estadual de Educação; e na elaboração do Regimento Interno da Comissão e de propostas para organização de estrutura administrativa para gestão e execução das atividades referentes ao processo autoavaliativo na UEL.

Em 2007 realizou-se a primeira Reunião Temática com Gestores Acadêmicos e Administrativos da UEL, com o tema “Planejando a Autoavaliação na UEL”, e também a elaboração do sítio da CPA (www.uel.br/cpa). Simultaneamente, a CPA preparou o Roteiro de Autoavaliação Institucional e enviou, aos gestores acadêmicos e administrativos, sugestões para elaboração de Relatórios Setoriais para subsidiar a composição da proposta do Programa de Autoavaliação da UEL. A partir da proposta elaborada pela CPA para o Regimento Interno, em 2008 a Comissão oficializou junto à Administração Superior a solicitação de elaboração e aprovação do PDI-UEL, a reavaliação do PPPI e, já nesse período, reivindicou infraestrutura física e recursos humanos e financeiros para o desempenho dos trabalhos da CPA, o que até o presente momento (2016) não foi atendido.

Vivenciou-se um momento histórico na Instituição com a aprovação do PPPI pelo CEPE, em 25 de Novembro de 2010, e do PDI pelo CU, em 29 de Abril de 2011. Ato contínuo, a CPA desencadeou um novo processo para reelaboração do Programa de Autoavaliação Institucional da UEL, em atendimento às exigências externas dos Sistemas Estadual e Federal, procurando contemplar as diferentes especificidades e respeitar a identidade universitária.

Em 2011, considerando o Processo nº 10.861 de 14 de Abril de 2004, o Decreto Estadual nº 1416 de 12 de setembro de 2007 e a Resolução do CU, nº 162/2008, a Reitoria da UEL constituiu a CPA da UEL (Portaria nº 5.626/2011), para conduzir os processos de Autoavaliação da instituição, com a sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP, MEC e SETI.

De acordo com Portaria nº 4.534/13, considerando a Portaria nº 5.626/11 e os Processos nº 18.880/13 e 11.370/13, ficou estabelecida a prorrogação do mandato dos membros da CPA por sessenta dias, até o 29 de Setembro de 2013. A Portaria nº 5.456/13 (considerando as Portarias nº 5.626/11 e 4.534/13), estabeleceu nova prorrogação por mais sessenta dias, até o 28 de Novembro de 2013. Por fim, de acordo com a Portaria nº 10.194/13, considerando a Portaria nº 5.626/11, prorrogou o mandato por mais noventa dias, até 26 de Fevereiro de 2014.

A Lei nº 10.861/2004 (SINAES), em seu artigo 11, afirma que “*cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA*”. Nesse sentido, os membros da CPA solicitaram a mudança na designação do nome de Comissão Permanente de Avaliação para Comissão Própria de Avaliação, de acordo com o sistema avaliativo em nível estadual e federal.

Vale ressaltar que a CPA, na sua primeira formação, acima mencionada, esforçou-se arduamente para garantir sua participação nas diversas instâncias institucionais e também no âmbito estadual de ensino, com representação na Comissão de Elaboração do PPPI e PDI, no GEPE, no FOPE, na CTAA e na CEA/PR.

Já em sua atual constituição, e de conformidade com o Regimento CPA de 2014, tem se dedicado ao acompanhamento dos processos de avaliação externos, bem como à elaboração, acompanhamento e desenvolvimento do processo de Autoavaliação Institucional, regulamentados pelo INEP. As ações integradas com a CEA/SETI/PR têm possibilitado à CPA uma participação efetiva nas discussões e reflexões acerca dos temas que envolvem a avaliação no âmbito estadual e, por consequência, também nas instâncias federais.

Importante destacar que em 2016, após ampla análise do CU, foi aprovado o novo Regulamento da CPA (Resolução CU N° 036, de 24 de junho de 2016), com significativos avanços em relação ao Regulamento anterior (Resolução CU N° 007/2014), destacados a seguir os mais importantes:

- I. Alteração do mandato dos membros da CPA de 2 (dois) para 3 (três) anos;

II. Atribuição de carga horária semanal de 4 (quatro) horas para todos os membros da CPA, exceto para o presidente, cujo Regulamento anterior já previa carga horária semanal de 20 (vinte) horas;

III. Manutenção, em cada novo mandato, de 50% (cinquenta por cento) dos membros da CPA;

IV. Maior autonomia, já que não há, como no Regulamento anterior, a necessidade de aprovação dos relatórios de autoavaliação por parte de Conselhos Superiores antes do encaminhamento oficial aos órgãos de regulação Federal e Estadual.

Também em 2016 houve renovação dos membros da CPA, já em conformidade com o novo Regulamento, ou seja, ficando garantida a manutenção de 50% dos seus membros. O quadro a seguir evidencia, de forma resumida, as mais importantes alterações nos quadros da CPA de junho de 2014 até janeiro/2017.

Mês/Ano	Histórico	Portarias
JUN/14	Nomeação dos membros da CPA para o mandato de 2 (dois) anos (27.06.14 a 26.06.16). Presidente: Profª. Drª. Silmara Sartoreto de Oliveira (CCB)	Portaria N° 3.350 de 2014
MAI/16	Alteração da presidência da CPA, sendo o novo presidente o docente Prof. Dr. Paulo Arnaldo Olak (CESA)	Portaria N° 2.583, de 02 de maio de 2016
MAI/16	Prorrogação do mandato dos membros da CPA em 6 (seis) meses, até 26.12.16)	Portaria N° 3.252, de 19 de maio de 2016.
DEZ/16	Renovação do mandato de 50% dos membros da CPA (conforme Regulamento), para o mandato de 27.12.16 a 26.12.19.	Portaria N° 7.085, de 15 de dezembro de 2016
JAN/17	Designação, após eleição interna conforme previsto no Regulamento da CPA, da Profª. Drª. Ana Cláudia Saladini (CEFE), como presidente e Profª. Drª. Elisa Emi Tanaka Carloto (CCS), como vice presidente, para o mandato de 27.12.16 a 26.12.19.	Portarias N° 146 e 147, respectivamente, de 27 de janeiro de 2017.

Designados pela Portaria N° 7.085, de 15 de dezembro de 2016, os atuais membros da CPA são os seguintes, para o mandato de 27/12/16 a 26/12/19:

- I. Membros Titulares – Representantes Docentes
Profª. Drª. Ana Cláudia Saladini (CEFE)
Profª. Drª. Cândida Alayde de Carvalho Bittencourt (CECA)
Profª. Drª. Elisa Emi Tanaka Carloto (CCS)
Prof. Dr. Henrique de Santana (CCE)
Prof. Dr. José Roberto Pinto de Souza (CCA)
Profª. Drª. Lucy Megumi Yamauchi Lioni (CCB)
Profª. Drª. Maria Bernadete de Moraes França (CTU)
Prof. Ms. Miguel Belinati Piccirillo (CESA)
Prof. Dr. Sílvio José Stessuk (CCH)

- II. Membros Titulares – Representantes Técnicos Administrativos
Maria Lucia Correia Lemes (CCE)
Marinalva Calabrez Rissi (PROPLAN)

- III. Membros Suplentes – Representantes Docentes
 - Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli (CESA)
 - Prof^a. Dr^a. Ednéia Consolin Poli (CECA)
 - Prof^a. Dr^a. Juliana Bayeux Dascal (CEFE)
 - Prof^a. Dr^a. Maria Inês Rezende (CCE)
 - Prof^a. Dr^a. Milena Kanashiro (CTU)
 - Prof^a. Dr^a. Fernanda Pacheco Lassance (CCB)
 - Prof. Dr. Otávio Jorge Grigoli Abi Saab (CCA)

- IV. Membros Suplentes – Representantes Técnicos Administrativos
 - Alexandre do Nascimento Marçal (CCE)
 - Daniel Souza de Oliveira Correa (SEBEC)

- V. Representante da Sociedade Civil Organizada
 - Aguardando designação.

- VI. Representante Discente
 - Aguardando designação

A comissão tem se dedicado a alavancar os processos de Autoavaliação Institucional na Universidade, bem como divulgar o estabelecimento de uma cultura autoavaliativa, auxiliando a PROPLAN, a PROGRAD e os Colegiados de Cursos nos processos de Avaliação Externas ou de Cursos, seguindo as premissas regulamentadas pelo Regimento CPA vigente.

2. METODOLOGIA

2.1. Considerações Preliminares

Os processos de autoavaliação da UEL são realizados com base nos princípios do SINAES (Lei Federal nº. 10.861, de 14 de abril de 2004) e coordenados de forma exclusiva e autônoma pela CPA, conforme previstos no seu Regulamento Próprio (Resolução CU N° 036, de 24 de junho de 2016).

De acordo com Brandalise (2012), o SINAES traz a normatização sobre os processos de avaliação institucional – seja interna ou externa – de forma global e integrada, e sobre as dimensões, estruturas, relações, atividades, finalidades e compromissos e responsabilidades sociais das IES e de seus Cursos, respeitando-lhes a identidade, a diversidade e as especificidades acadêmicas.

É nesse sentido que a CPA vem trilhando seu caminho. Conforme mencionado no histórico das páginas iniciais, a gestão 2011-2014 elaborou o Programa de Autoavaliação Institucional que foi submetido à apreciação da comunidade universitária entre o final de 2013 e o início de 2014. Com a eleição da nova Comissão em junho de 2014, os trabalhos voltaram-

se às discussões, compreensão e aprimoramento do Programa de Autoavaliação, uma vez que fora elaborado por aquela comissão. Considerando que a mais recente comissão assumiu efetivamente o mandato apenas no início do corrente ano, as principais premissas e metas do citado Programa de Autoavaliação Institucional continuaram sendo observadas na construção do presente relatório.

No final de 2014 a DAES, do INEP, vinculado ao MEC, elaborou, por meio da Nota Técnica (NT) INEP/DAES/CONAES N° 065, de 09 de outubro de 2014, um documento denominado “Roteiro para relatório de Autoavaliação Institucional”, sendo que um dos principais objetivos foi apresentar sugestão de roteiro, versões e periodicidade para a elaboração dos relatórios de Autoavaliação das IES.

De acordo com a referida NT, o relatório elaborado pela CPA deve conter, para fins de padronização, cinco partes, sendo: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise.

Na parte do “desenvolvimento”, a NT orienta que o relatório seja organizado em cinco eixos, contemplando e agrupando as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861, que institui o SINAES, conforme segue:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Quanto às versões do Relatório, a NT recomenda a elaboração de **versões parciais**, devendo o relatório, nesse caso, contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados e **versão integral** (ou final) devendo o relatório contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá, ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES.

Assim, segundo a NT, é possível estabelecer coerência e continuidade entre os dados apresentados, facilitando o desenvolvimento do Relatório de Autoavaliação, bem como o processo avaliativo em sua integralidade.

Por fim, quanto à periodicidade, a partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação deverá ser submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos dois primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

Primeiro Relatório Parcial: até 31 de março de 2016

Segundo Relatório Parcial: até 31 de março de 2017;

Relatório Integral (final): até 31 de março de 2018.

Assim, a CPA organizou, logo no início de 2015, seu cronograma de trabalho trienal, de forma a atender as orientações da NT INEP/DAES/CONAES N° 065, de 09 de outubro de 2014.

Resumidamente, o cronograma de trabalho trienal (2015-2017), para elaboração dos relatórios parciais e integral, ficou assim estabelecido:

- I. Relatório Parcial (ano base 2015), já protocolado no sistema e-MEC em março de 2016:
Eixo 5: Infraestrutura Física (Dimensão 7: Infraestrutura Física)
- II. Relatório Parcial (ano base 2016), presente relatório, a ser postado no sistema e-MEC até 31/03/2017:
Eixo 3: Políticas Acadêmicas (Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade; e, Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes)
Eixo 4: Políticas de Gestão (Dimensão 5: Políticas de Pessoal; Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição; e Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira)
- III. Relatório Integral (ano base 2017), a ser postado no sistema e-MEC, até 31 de março de 2018:
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional (Dimensão 8: Planejamento e Avaliação)
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição)

2.2. Etapas para a Construção do Relatório

As etapas para a construção do Relatório de Autoavaliação conduzido pela CPA, são a seguir sumarizadas.

1ª Etapa: Instrumento de Coleta de Dados

Para a construção do presente Relatório Parcial (ano base 2016), abrangendo, conforme enfatizado na seção anterior, a avaliação dos eixos 3 (Políticas Acadêmicas) e 4 (Políticas de Gestão), a CPA, a exemplo do que ocorreu no seu primeiro relatório parcial, utilizou

o “Instrumento de Avaliação Institucional Externa”, edição de agosto de 2014, proposto pela DAES, do INEP que subsidia os atos de credenciamento, reconhecimentos e transformação de organização acadêmica (presencial). Este instrumento está disponível no sítio do INEP, no seguinte endereço eletrônico: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/instrumentos>.

A opção por utilizar o referido instrumento é que ele segue, rigorosamente, a mesma estrutura da legislação do SINAES (Lei Federal nº. 10.861, de 14 de abril de 2004) e NT INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09 de outubro de 2014. Além disso, no Estado do Paraná, este é também o instrumento utilizado pela SETI, com algumas adaptações, para avaliar IES públicas do Estado do Paraná nos processos de credenciamento e reconhecimentos.

De forma mais detalhada, foram esses os indicadores, em cada um dos eixos, utilizados para coletar os dados que se tornaram subsídios importantes na construção do presente relatório:

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

- 3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.
- 3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *Stricto sensu*.
- 3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *Lato sensu*.
- 3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
- 3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.
- 3.6 Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.
- 3.7 Comunicação da IES com a comunidade externa.
- 3.8 Comunicação da IES com a comunidade interna.
- 3.9 Programas de atendimento aos estudantes.
- 3.10 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.
- 3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos.
- 3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.
- 3.13 Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.

EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

- 4.1 Política de formação e capacitação docente.
- 4.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.
- 4.3 Gestão institucional.
- 4.4 Sistema de registro acadêmico.
- 4.5 Sustentabilidade financeira.
- 4.6 Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.
- 4.7 Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente.
- 4.8 Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.

2ª Etapa: Encaminhamento do Instrumento, Respondentes e Sensibilização

Uma vez definido o instrumento de coleta de dados, passou-se para a segunda etapa, com o encaminhamento do formulário de autoavaliação (instrumento) para todas as unidades acadêmicas/administrativas da UEL (Centros de Estudos, Colegiados e Departamentos), Pró-

Reitorias, Órgãos Suplementares e de Órgãos de Apoio.

Quanto aos respondentes, as estratégias foram diversas. Alguns centros optaram por, em reunião conjunta, consolidar as respostas em um único arquivo (instrumento), outros optaram por segregar em Colegiados e Departamentos e outros, ainda, por curso. Quanto aos Órgãos Suplementares e os de Apoio, os que responderam o fizeram em arquivo único.

Na fase de sensibilização, objetivando alcançar o maior número possível de respondentes, foram realizadas reuniões em todos os Centros de Estudos, sempre com a presença do presidente da CPA e do representante docente do respectivo centro de estudos.

3ª Etapa: Diagnóstico

Nesta etapa, de grande importância no processo, buscou-se compreender, a partir das devolutivas dos respondentes, a visão de cada segmento da Universidade quanto às Políticas Acadêmicas (Eixo 3) e de Gestão (Eixo 4). A CPA objetivando consolidar e sintetizar as respostas, fez cuidadosa análise de conteúdo, valendo-se preponderantemente de respostas qualitativas (interpretativas e subjetivas) ao invés de quantitativas, embora isso também fosse possível já que os respondentes podiam atribuir notas (1 a 5), conforme proposto pelo instrumento de avaliação institucional do INEP, identificado anteriormente: Conceito 1: Não existente/não permite/não está organizado; Conceito 2: Insuficiente/inadequado; Conceito 3: Suficiente/adequado; Conceito 4: Muito bem/muito bom; Conceito 5: Excelente/ótimo.

Além do instrumento de avaliação preenchido pelos Centros/Colegiados/Cursos, Pró-Reitorias, Órgãos de Apoio e Órgão Suplementares, a CPA consultou outros documentos institucionais, disponibilizados no sítio da UEL ou obtidos diretamente nas unidades administrativas e/ou acadêmicas. Os documentos mais importantes utilizados como insumos na construção do presente relatório foram os seguintes: PDI, PPPI, Estatuto, Regimento Geral, Regulamentos e Normas Institucionais, especialmente as acadêmicas.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme preceitua o seu Regulamento Próprio, cabe à CPA conduzir, com autonomia, o processo de Autoavaliação Institucional, observando a legislação em vigor.

O presente Relatório de Autoavaliação utilizou, conforme enfatizado na seção anterior, os mesmos indicadores do Instrumento (formulário) de Avaliação do Sistema Federal do INEP, organizado em 5 (cinco) eixos, contemplando as dez dimensões do SINAES, conforme segue: **Eixo 1** – Planejamento e Avaliação Institucional; **Eixo 2** – Desenvolvimento Institucional; **Eixo 3** – Políticas Acadêmicas; **Eixo 4** – Políticas de Gestão; e **Eixo 5** – Infraestrutura Física.

Entretanto, considerando o cronograma coordenado pela CPA, a Autoavaliação parcial (ano base 2016) contemplou apenas os eixos **3** - Políticas Acadêmicas (dimensões Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Comunicação com a Sociedade; Políticas de

Atendimento aos Discentes) e **4** – Políticas de Gestão (dimensões Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; e Sustentabilidade Financeira).

Para a construção do presente relatório e objetivando a sua padronização, a seguinte estrutura foi utilizada:

1. Identificação do Indicador (seguindo o Instrumento de Avaliação do INEP)
2. Critério de Análise (mesmo critério utilizado pelo Instrumento de Avaliação do INEP)
3. Políticas/Ações/Programas/Recursos/Sistemas etc. previstos/implantados (no PDI ou em outra fonte de dados, mas desde que oficial da UEL)
4. Análise dos dados coletados pelos respondentes
 - 4.1. Potencialidades Identificadas
 - 4.2. Fragilidades Identificadas
 - 4.3. Recomendações da CPA

Para melhor entendimento deste relatório a numeração da seção ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS segue a numeração dos respectivos eixos abordados e seus itens conforme Instrumento de Avaliação Institucional do INEP (Eixo 3 – Políticas Acadêmicas e Eixo 4 – Políticas de Gestão).

Seguem as análises das dimensões de acordo com as orientações da CPA.

3.1 EIXO 3 - Políticas Acadêmicas (dimensões Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Comunicação com a Sociedade; Políticas de Atendimento aos Discentes)

3.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os Cursos de graduação.

Critério de Análise: Relação das ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

A UEL é uma entidade de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial nas políticas educacionais, mas dependente financeiramente do Governo Estadual, sendo provedora da maior parte dos recursos que asseguram o funcionamento e manutenção. Tem como mantenedor o Estado, na SETI. As atividades administrativas, de gestão financeira e patrimonial decorrem, e têm por fim, as atividades acadêmicas, em conformidade com o Estatuto da UEL, parágrafo único (PDI).

Enquanto Fundação Estadual, contou com recursos provenientes da contribuição de mensalidades do aluno e do Governo do Estado. Em 1987, foi implantado o ensino gratuito para a graduação, sendo transformada em Autarquia pela Lei Estadual nº 9.663, de 16/07/91, publicada no Diário Oficial nº 3.555, de 16/07/91. Em 2005, adotou o sistema de cotas para estudantes negros e os oriundos de escolas públicas em seu vestibular e, desde 2010, utiliza os resultados do ENEM para preenchimento das vagas remanescentes. A partir do vestibular de 2015, aderiu ao SISU, com 17,48% do total de vagas disponibilizadas pelos cursos. (PDI UEL - 2016-2020).

Na graduação, foi registrado, no 1º semestre do ano de 2015, um total de 13.116 alunos (Quadro 1), matriculados nos 69 cursos de graduação (39 Bacharelados, 15 Licenciaturas, 09 Presencial PARFOR, 01 Curso de Pedagogia Especial modalidade EaD), incluindo turnos e habilitações e modalidades, com ingressos diferenciados no vestibular (Quadro 2).

Quadro 1. Evolução das Matrículas no Ensino Superior em Londrina e na UEL

MODALIDADE DE ENSINO SUPERIOR	Ano						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Matriculas no Município de Londrina	34.439	35.085	38.715	41.437	44.739	43.976	*
Matrículas na UEL	15.363	13.370	13.549	16.841	13.257	13.290	13.116
Percentual, alunos da UEL/Alunos do Município	45%	38%	35%	41%	30%	30%	*

Fonte: UEL/PROGRAD/DAT. Londrina/Perfil de Londrina 2014; Brasil/MEC/INEP. IPARDES, 2014

Obs: *Dados 2015, não disponibilizados.

Quadro 2. Número de Cursos e Número de Alunos Ativos dos Cursos da UEL

CURSOS	CURSOS	CURSOS/HAB	CURSOS/HAB/TURNO	ALUNOS ATIVOS
Presencial	44	54	65	13.116
Presencial PARFOR	3	3	3	121
Curso de Pedagogia Especial na Modalidade EaD	1	1	1	136
Total	48	58	69	13.373

Fonte: Dados da PROGRAD do relatório AGDAC097 em 19/06/2015

Em 2009, o CEPE regulamentou a oferta de atividades acadêmicas em modalidade semipresencial. O retorno efetivo da UEL à EaD se dá pela criação do Núcleo de Educação a Distância da UEL (NEAD), vinculado à Reitoria, através da resolução CA/CU 0069/2009. O NEAD tem como objetivos: oportunizar a democratização do conhecimento, por meio do acesso ao saber acadêmico; estimular e apoiar ações de educação à distância; incentivar o uso de ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, visando à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; propor política de estímulo à produção científica em educação distância e buscar parcerias e recursos para o desenvolvimento de educação à distância.

O regulamento da oferta de cursos na modalidade a distância conforme descrito no processo nº 11.000/2009 foi aprovado na reunião do CEPE do dia 25 de maio de 2010. Os vetores norteadores de ações em Educação a Distância são: Capacitação dos docentes;

Apoio à implantação dos 20% de atividades acadêmicas semipresenciais; Implantação do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

No PDI da UEL (período 2016-2021), as principais políticas em relação à graduação estão contempladas na seção 3.1. Os textos a seguir são recortes deste documento.

3.1.5 Políticas de Ensino da Graduação - A política de ensino de graduação está presente em seus cursos oferecidos, nos quais se persegue a qualidade para a formação de profissionais generalistas, humanistas, com visão crítica e reflexiva, respeitando os princípios éticos, morais e culturais do indivíduo e da coletividade, voltados ao desenvolvimento científico e aptos a adquirir conhecimentos que possam garantir uma formação continuada e permanente.

A concretização do objetivo de formar profissionais capazes e politicamente motivados para lidar com a diversidade da população brasileira requer a formação de cidadãos não apenas dotados de competência em sua área de saber, mas também capazes de compreender essa diversidade, de modo a corresponder às expectativas da sociedade.

Tal compreensão pressupõe o entendimento de que as respostas mais adequadas para cada comunidade emergirão de um trabalho partilhado com ela e que deve ser objeto de discussão nos cursos. Pressupõe ainda uma formação pautada na evolução das áreas de conhecimento, na compreensão dos ideais de cada área profissional e nos desafios colocados no mundo contemporâneo.

Para o desenvolvimento dos princípios e finalidades constantes no Estatuto da UEL, no âmbito da graduação, seguem os seguintes mecanismos:

- *Formas de Acesso/Ingresso*
- *Política de Cotas na UEL*
- *Projetos Pedagógicos dos Cursos*
- *Organização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos*
- *Perfil e o Portal do Egresso*
- *Princípios Metodológicos*
- *Processo de Avaliação*
- *Plano para Atendimento as Diretrizes Pedagógicas*
- *Atividades Práticas Profissionais, Complementares e de Estágios*
- *Programas de Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica*
- *Trabalho de Conclusão de Curso*
- *Atividades Acadêmicas Complementares*
- *Programa de Formação Complementar*
- *Projetos de Pesquisa em Ensino de Graduação*

Estão discriminadas no PDI as ações e estratégias que tratam das Metas e Ações Institucionais que contemplam o fortalecimento das Políticas de Graduação:

- *Apoiar projetos e programas integrados e estimular programas e projetos de pesquisa em ensino de graduação. Elaborar/fomentar a política de apoio à permanência dos estudantes na Instituição;*
- *Fortalecer e apoiar as ações do Fórum Permanente das Licenciaturas - FOPE, bem como estimular outros fóruns permanentes que contemplem as questões pertinentes às diferentes áreas de conhecimento;*
- *Garantir a constante adequação das condições físicas para a boa realização de estágios e prática profissional, possibilitando uma maior interlocução entre esses espaços e a Universidade;*
- *Incentivar a constituição e manutenção dos centros e diretórios acadêmicos;*
- *Estimular a disseminação de cultura inovadora (tecnológica, empreendedorismo, éticos, culturais) no âmbito dos cursos de graduação;*
- *Fortalecer o Programa de Educação Tutorial e ampliar o número de grupos PET;*
- *Estabeleça parcerias que ampliem a oferta de serviços à comunidade universitária e incrementar as políticas inclusivas e de acessibilidade*
- *Ampliar as possibilidades de formação que o estudante possa obter ao concluir o curso;*

- *Ampliar a participação da Universidade no Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G);*
- *Apoiar a realização de eventos e cursos;*
- *Incrementar a política de atualização e aquisição do acervo do sistema de bibliotecas da UEL para os cursos de graduação;*
- *Consolidar e manter a relação de interdependência entre Centros e seus órgãos suplementares;*
- *Possibilitar a criação dos setores de Medicina da Família e Comunidade nos departamentos da área médica que serão responsáveis por ministrar o conteúdo de Atenção Primária em Saúde ao curso de Medicina conforme Lei 12.871;*
- *Apoiar os convênios necessários para a criação de novos cenários de ensino tais como: UBS, UPA, CAPS, Policlínica, hospitais de média complexidade promovendo a integração entre ensino, serviço e a comunidade;*
- *Ampliar os sistemas eletrônicos nos portais dos alunos, de modo que os relatórios, avaliações discentes e os diversos formulários possam ser preenchidos online;*
- *Fortalecer as ações do GEPE ampliando a política de formação permanente/continuada de professores da instituição;*
- *Implantar o Programa de Apoio à Graduação, com o objetivo de dar subsídios às ações que visem à modernização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), bem como a inserção de metodologias inovadoras e a produção de material didático;*
- *Implantar ações para a melhoria do processo ensino aprendizagem, com aplicação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs);*
- *Fomentar a atualização dos PPCs como instrumento de gestão;*
- *Capacitar os coordenadores de colegiado de curso e os NDEs para a elaboração de projetos de curso, adequações e reformulações curriculares;*
- *Promover avaliação geral e contínua dos projetos pedagógicos dos cursos com participação da comunidade interna e externa;*
- *Ampliar os procedimentos de análise dos resultados do ENADE;*
- *Articular a inclusão de atividades extensionistas e de pesquisa nas matrizes curriculares;*
- *Desenvolver ações articuladas entre ensino de graduação e de pós-graduação;*
- *Aumentar a abrangência do Laboratório de Línguas, permitindo aos estudantes carga horária em disciplinas de línguas ou proficiência para programas de mobilidade;*
- *Proporcionar subsídios para a reformulação dos PPCs dos Cursos de Licenciatura considerando os seguintes aspectos: inserção da disciplina de Inclusão social; revisão da carga horária das disciplinas pedagógicas das Licenciaturas; inclusão nos cursos da disciplina de Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena considerando a legislação correlata; ampliação de carga horária de disciplina de TICs; ampliação da carga horária das disciplinas de Didática nas Licenciaturas contemplando mais as metodologias e recursos como estratégias de ensino;*
- *Viabilizar a criação de cursos na UEL a partir do levantamento da demanda para a criação de novos cursos de Licenciatura, Bacharelado e Tecnológicos, nas modalidades presencial e a distância, que atendam as necessidades locais e regionais, particularmente nos aspectos sociais e econômicos. Implementar os cursos de Nutrição; Fonoaudiologia; Bacharel em Arte Visual; Licenciatura em Educação Especial; Licenciatura em Formação Pedagógica; Licenciatura em Educação Indígena; Licenciatura em Gestão Escolar e Multimeios Didáticos (Gestão Escolar e Tecnologias Educacionais); Licenciatura em Educomunicação; Licenciatura em Pedagogia Social; Comunicação comunitária; Cinema; Licenciatura em Educação do Campo; Produção Cultural e Multimeios; Tecnologia de Design de Interiores; Licenciatura em Teatro; Bacharelado em Direção Teatral; Música (novo turno); Bacharelado e Licenciatura em Dança; Desing; Licenciatura em Educação no Campo; Ciências do Alimento; Ciências Biológicas (noturno); Arquitetura e Urbanismo (mais vagas); Engenharia Têxtil; Engenharia Mecânica; Engenharia de Produção; Engenharia Química; Bacharelado em Biotecnologia.*
- *Institucionalizar a Semana Pedagógica;*
- *Adequar os Projetos Pedagógicos e flexibilização curricular atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais;*

- *Garantir a qualidade das instalações físicas e laboratoriais dos cursos de graduação. Adequar os ambientes das salas de aula às necessidades dos cursos.*

Além disso, especificam-se ações para fortalecer os colegiados de cursos de graduação e dos NDEs por meio de:

- *Garantir suporte eficaz e ágil às atividades de ensino;*
- *Aperfeiçoar os processos de gestão acadêmica;*
- *Reavaliar as competências dos colegiados de cursos e dos NDEs; Criar e disponibilizar recursos que oportunizem novos ambientes de aprendizagem;*
- *Promover condições de trabalho interdisciplinar entre diferentes cursos; Capacitar os servidores técnicos administrativos para a gestão da graduação;*
- *Assessorar os colegiados de cursos de graduação no processo de elaboração de propostas de adequações e reformulações curriculares;*
- *Realizar estudo, visando à otimização das cargas horárias dos cursos integrais, além da redistribuição dos cursos em diferentes turnos, objetivando a oferta diferenciada;*
- *Disponibilizar os Projetos Pedagógicos de todos os cursos de graduação*

b) Potencialidades Identificadas

- As ações de atualização curricular ocorrem na grande maioria dos cursos de graduação.
- Programas de monitorias bem regulamentados e implantados.
- Há inovações feitas com apoio de recursos externos, especialmente do Ministério da Saúde (para os cursos da área da Saúde).
- Há construção de material didático continuamente, pela confecção dos manuais dos módulos, que são todos interdisciplinares e integrados (Curso de Medicina).
- Implantação de oficinas e demais atividades de planejamento, gestão e desenvolvimento de metodologias inovadoras propostas pelo GEPE.
- O NEAD tem dado suporte e treinamento necessários para os docentes que atuam nessa modalidade.

c) Fragilidades Identificadas

- Falta de políticas e ações de valorização da atividade docente ligada à graduação o que desestimula o maior desenvolvimento dos projetos pedagógicos, atualização metodológica.
- FAEPE, ainda que único recurso destinado ao apoio das atividades de graduação é insuficiente.
- Carência de investimentos financeiros e humanos para atingir nível de excelência no desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico e demais atividades. Não há apoio suficiente para o desenvolvimento de material instrucional. Além disso, percebe-se que muitas disciplinas e departamentos apresentam dificuldades na obtenção

de materiais, equipamentos e recursos humanos (técnicos de laboratório) para o desenvolvimento de aulas práticas, o que tem comprometido o processo ensino-aprendizagem.

- Ocorrem iniciativas incipientes e isoladas de sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial.
- Necessidade de implantação de política de avaliação curricular sistemática para o aprimoramento constante dos Cursos.
- Dificuldade de implantação de conteúdos/disciplinas obrigatórios, como libras e direitos humanos, que carecem de recursos humanos e materiais.

d) Recomendações da CPA

- Acompanhar as ações dos NDEs para o fortalecimento das políticas pedagógicas dos cursos, tendo em vista a formulação e implantação de ações de avaliação sistemática dos cursos, englobando os itens atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.
- Priorizar investimentos a partir dos resultados das avaliações;
- Buscar recursos junto ao FAEPE para os colegiados de graduação.
- Incluir os componentes obrigatórios, como ensino de Libras, Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental.
- Formular e implantar políticas e ações de valorização da atividade docente ligada à graduação.

3.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *Stricto sensu*.

Critério de Análise: Relação das ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> , considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.

a) Ações/Políticas Previstas/Implantadas

Em 30 de outubro de 1976, por meio da Resolução Nº 362/76, foi criada a Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação com a finalidade de dotar a Universidade de estrutura organizacional voltada à Pesquisa e à Pós-Graduação, considerando a importância de ambas para a formação de recursos humanos, a geração de conhecimento, ciência e tecnologia. Com a edição do Ato Executivo nº 010/2004, de 22/01/04, passou a denominar-se Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG).

Na Pós-Graduação contamos com um total de 257 cursos *Lato sensu* e *Stricto sensu* contabilizando um total de 5.535 estudantes, ano de 2016. São 177 cursos *Lato sensu* com 2.700 de estudantes, incluindo a especialização/residência que possui 73 cursos, com 445 estudantes (Quadros 3). Em relação aos cursos *Stricto sensu*, são 69 cursos, com 2.835 alunos. O Mestrado conta com 39 cursos e um total de 1.726 estudantes e o Doutorado soma 24 cursos, com um total de 972 estudantes (Quadro 3).

Quadro 3. Cursos Pós-Graduação da UEL – *Lato sensu* e *Stricto sensu*

ITEM	ÁREAS STRICTO SENSU	Nº. DE CURSOS OFERTADOS	ALUNOS
	Mestrado Profissional	06	137
	Mestrado	40	1.726
	Doutorado	24	972
Total		69	2.835
	Total - Áreas <i>Lato sensu</i>	177	2.700
	Total - Áreas <i>Stricto sensu</i>	69	2.835
	Total geral	246	5.535

Fonte: Sistema UEL/PROPPG/APMAT058.

No PDI (período 2016-2021), as principais políticas em relação à graduação estão contempladas na seção 3.1. Os textos a seguir são recortes deste documento.

A pós-graduação é normatizada pelo regulamento dos cursos *Lato sensu* e dos programas *Stricto sensu* (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado) que definem os procedimentos administrativos e acadêmicos tanto institucional quanto do corpo discente.

Os programas *Stricto sensu* ofertados pela UEL têm validade nacional e são avaliados periodicamente pela CAPES. Essa avaliação compreende a realização de um acompanhamento anual e de uma avaliação quadrienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação. Os resultados desse processo expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7" fundamentam a deliberação CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de "reconhecimento", a qual vigorará no quadriênio subsequente.

No ano de 2015, estavam matriculados na pós-graduação, *Lato sensu* e *Stricto sensu*, um total de 4.964 alunos. De 2014 para 2015, houve um aumento de 8,6% de alunos (37) na Residência, de 5,2% (47) no Doutorado e de 24,5% (530) nos cursos de especialização. Em relação à quantidade de alunos nos cursos de mestrado, o acréscimo foi de 9,4% (51).

Os Programas de Pós-Graduação possuem sítios próprios, com informações detalhadas sobre o corpo docente, áreas de concentração, linhas de pesquisa, objetivos, entre outras informações específicas e inerentes aos cursos/programas.

Visando fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão na UEL, foram implementados os laboratórios, dentre esses o LABESC, a CMLP, que comporta equipamentos de alto custo e de grande porte que são eles: Laboratório de Microscopia Eletrônica e de Microanálise,

Laboratório de Apoio à Pesquisa Agropecuária, Laboratório de Análise de Materiais e Moléculas, Laboratório de Espectroscopia, Laboratório de Análise por raio-x.

A qualidade dos Programas de Pós-Graduação tem possibilitado o aumento do intercâmbio internacional de estudantes. O intercâmbio tem ocorrido com a ida de estudantes da UEL para estágios de doutorado no exterior (PDEE/CAPES) e com estudantes estrangeiros que realizam seus estudos na UEL, com apoio dos Programas PEC-PG (CAPES) e TWAS/CNPq. Além destes, existem outras modalidades em andamento que favorecem a internacionalização dos Programas de Pós-graduação.

A PROPPG gerencia as bolsas dos cursos de Mestrado e de Doutorado. As fontes de recursos são CAPES, CNPq, Fundação Araucária e recursos próprios.

No Item 3.1. do PDI estão discriminadas as ações e estratégias que tratam das Metas e Ações Institucionais que contemplam o fortalecimento das Políticas de Graduação.

- *Implementar política institucional para a Biblioteca Digital - inclusive disponibilizando o acesso gratuito, na UEL, a Projetos Online como o Museu e o JSTOR, nos quais se encontram centenas de periódicos das mais diferentes áreas do conhecimento. Criação de um repositório da produção intelectual, dada a importância da socialização do conhecimento produzido pela pesquisa e pós graduação com a comunidade;*
- *Integrar as bases de dados e os sistemas administrativo e acadêmico, garantindo o acesso às informações entre as diferentes unidades e a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;*
- *Otimizar os fluxos e procedimentos referentes a pesquisa e pós-graduação;*
- *Melhorar a página principal da UEL e da Pró-Reitoria, facilitando o acesso e a busca da informação pelos diferentes usuários;*
- *Manter o processo de informatização da pesquisa e da pós-graduação;*
- *Divulgar os programas regulamentados pela Instituição e incentivar sua utilização, como o regulamento do Programa Docente Sênior na UEL; a resolução que estabelece normas para o ingresso de estudantes estrangeiros bolsistas nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu; a resolução que estabelece normas e condições da realização de Estágio Pós-Doutoral na UEL e o Programa de Qualificação de Docentes das Instituições Públicas Estaduais do Paraná;*
- *Estimular e viabilizar o intercâmbio de docentes e estudantes da pós-graduação no âmbito nacional e internacional;*
- *Consolidar e ampliar os periódicos técnico-científicos da instituição e sua inclusão digital;*
- *Fortalecer a infraestrutura de secretaria e o apoio administrativo dos Programas/Cursos de Pós-Graduação com a pronta contratação de funcionários capacitados e a disponibilização de materiais permanentes e de consumo.*
- *Manter o crescimento horizontal da Pós-Graduação Stricto Sensu,*
- *identificando e estimulando os grupos com potencial para apresentar propostas de novos cursos;*
- *Intensificar ações para consolidação dos Programas de Pós-Graduação, melhorando seus respectivos conceitos de avaliação da CAPES;*
- *Verticalizar os Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de forma a ampliar o número de Doutorados;*
- *Estimular os estudantes da Pós-Graduação Stricto Sensu a concorrer a programas de mobilidade e intercâmbio;*
- *Intensificar contatos com as agências de fomento (Capes, CNPq, Fundação Araucária, entre outras), buscando a ampliação do número de bolsas de Mestrado e Doutorado;*
- *Política institucional para a Biblioteca Digital, frente às exigências da Capes e o processo de avaliação;*

- *Promover ações integradas entre apoiadores e coordenadores de cursos/programas sobre as atribuições, legislações e procedimentos da pós-graduação; Efetivar o Estágio em Pós-Graduação da UEL (Regulamentado pela Resolução CEPE 0099/2009);*

b) Potencialidades Identificadas

- As políticas de pós-graduação *Stricto sensu* estão bem implantadas na IES.
- Os docentes dos cursos de pós-graduação, tanto individualmente como em grupos organizados, têm adquirido recursos para a infraestrutura e equipamentos, melhorando significativamente a formação de recursos humanos, a produção científica e a oferta de serviços.
- A articulação da pós-graduação com o ensino de graduação ocorre através do desenvolvimento de projetos de IC com ou sem bolsa, organização de eventos e cursos de férias.
- A atuação de docentes em diferentes programas possibilita uma multidisciplinaridade abrindo frentes para novas linhas de pesquisa.
- Alguns programas julgam-se consolidados frente a CAPES, considerando uma análise sistêmica e global.
- Em relação à infraestrutura, se reconhece o esforço e a qualidade de atendimento por parte da PROPPG e o aumento da qualidade do sistema de bibliotecas que tem buscado parcerias com os programas de pós-graduação, através de seus projetos de pesquisa, no sentido de auxiliar na compra de material de informação para os cursos de mestrado/doutorado.

c) Fragilidades identificadas

- A diminuição de verbas do PROAP e o corte de bolsas de estudos tem sido um grande complicador para a qualidade e o desenvolvimento dos programas.
- Carência de recursos humanos (técnicos administrativos) e a falta de recursos financeiros para a gestão e manutenção da infraestrutura, assim como pouca flexibilidade no uso dos recursos disponíveis são apontados como os principais problemas.
- A dificuldade de reposição dos docentes aposentados tem sido um fator limitador no desenvolvimento da pós-graduação.
- Observou-se também que, em muitos casos, a articulação do *Stricto sensu* com a graduação ocorre de forma restrita e insuficiente. A integração poderia acontecer com mais ênfase e frequência, com ações claramente definidas.
- A participação de docentes em programas de outros departamentos, embora haja um aspecto positivo já apontado no item potencialidades, dificulta o gerenciamento das atividades em seu departamento de origem.
- Realinhamento das linhas de pesquisa com as novas necessidades do programa.

d) Recomendações da CPA

- Priorizar os debates, encontros e seminários voltados à cultura da multidisciplinaridade entre os docentes.
- Estimular o empreendedorismo nos programas envolvendo graduandos e pós-graduandos.
- Rediscutir os critérios de criação de novos programas.

3.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *Lato sensu*.

Critério de Análise: Relação das ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação *Lato sensu*, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da UEL, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

Na UEL, os cursos de pós-graduação *Lato sensu*, conforme seu Estatuto (Resolução Nº 0182/2007), “têm por objetivo atualizar e melhorar conhecimentos e técnicas de trabalho, e preparar especialistas em setores restritos de estudo; e compreendem dois níveis de formação, o aperfeiçoamento e a especialização, que facultam os certificados respectivos”.

Pelo Regimento Interno da UEL os cursos de pós-graduação *Lato sensu* poderão ser presenciais e/ou não presenciais, segregados nos seguintes Colegiados: I. Áreas Básicas; II. Áreas Profissionalizantes; III. Residência na área da Saúde. Quanto aos recursos financeiros, os mesmos podem ser propostos por meio de recursos próprios, diretamente pela UEL, ou de recursos financeiros externos, administrados por meio de convênios firmados entre a UEL e fundações, institutos ou similares (Resolução CA Nº 032/2013).

No PDI da UEL (período 2016-2021), as principais políticas, ações e estratégias em relação a pós-graduação *Lato sensu* estão contempladas na seção 2.4 que tratam das Metas e Ações Institucionais. Os textos a seguir são recortes dessas metas e ações.

- *Avaliar e apoiar criação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu. Com ampliação de vagas se for o caso. Incluindo os cursos de: Contabilidade Gerencial com Ênfase em Custos e Recursos Humanos; Contabilidade em Gestão Pública e Orçamento; Produção Cultural; Jornalismo; Assessoria de Comunicação; Residência Multiprofissional em Controle de Infecção relacionada à Assistência à Saúde; (PAC); Residência em Farmácia Clínica e Hospitalar; Ciências Farmacêuticas; Direito Previdenciário; Direito Ambiental; Contabilidade Financeira e Tributária; Finanças Corporativas; Administração; Educação Especial (EaD);*
- *Aumentar o índice de matrícula por programa (Lato e Stricto Sensu);*
- *Garantir o fluxo contínuo de criação e oferta de Cursos Lato Sensu;*
- *Manter as parcerias com os órgãos do Governo do Estado (estadual e federal), com a oferta de novas turmas e com a criação de novos Cursos Lato Sensu;*
- *Envolver os Colegiados de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na formulação de um instrumento institucional de avaliação;*
- *Identificar e estimular Cursos Lato Sensu com potencial e perfil de Mestrado (Acadêmico ou Profissional);*

- Promover ações integradas entre apoiadores e Coordenadores de Cursos/Programas sobre as atribuições, legislações e procedimentos da pós-graduação;
- Incentivar ações de comunicação, de difusão e de divulgação dos cursos *Lato Sensu*, dos programas *Stricto Sensu* e dos projetos de pesquisa;

O Quadro 4 a seguir a seguir mostra uma evolução quase linear dos cursos de pós-graduação *Lato sensu* na UEL, nos últimos 5 anos (período 2012 a 2016), segregados em Especialização e Residência.

Quadro 4. Cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UEL – Período de 2012 a 2016

Cursos	2012	2013	2014	2015	2016	Total Geral
Especialização	87	92	103	104	104	490
Residência	65	67	68	70	73	343
Soma	152	159	171	174	177	833

Fonte: Folder UEL em dados 2016 <<http://www.uel.br/proplan/portal/pages/proplan/uel-em-dados.php>>

O Quadro 5, a seguir, apresenta o número de concluintes dos cursos de pós-graduação *Lato sensu* da UEL relativo aos últimos 5 anos, período de 2011 a 2015.

Quadro 5. Concluintes dos cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UEL – Período 2011 a 2015

Concluintes	2011	2012	2013	2014	2015	Total Geral
Especialização	1.105	1.066	1.228	1.042	857	5.298
Residência	46	65	67	68	70	316
EAD	151	125	134	150	165	725
Soma	1.302	1.256	1.429	1.260	1.092	6.339

Fonte: Folder UEL em dados 2016 <<http://www.uel.br/proplan/portal/pages/proplan/uel-em-dados.php>>

b) Potencialidades Identificadas

- As políticas dos cursos de pós-graduação *Lato sensu* (especializações e residências) estão devidamente implantadas na IES.
- Os objetivos institucionais estão sendo alcançados na medida em que contribuem com a qualificação profissional e acadêmica, tanto de egressos da UEL quanto de outras instituições de ensino superior de Londrina, região e de outros estados brasileiros.
- Os cursos são importante fonte de receita para o orçamento geral da UEL, utilizada, conforme normas internas, para manutenção, investimentos, ampliação do acervo bibliográfico e financiamento da pesquisa, ensino e extensão por meio do FAEPE.
- Professores altamente qualificados, internos e externos (visitantes), muitos dos quais participantes de programas *Stricto sensu*, permitindo integração entre as especializações e os mestrados e doutorados.
- Oferta positiva e considerável de especializações na modalidade residência, com bolsas a seus estudantes, contribuindo na capacitação e na produção de serviços relacionados a estas.

c) Fragilidades Identificadas

- Falta de demanda em muitos cursos, especialmente aqueles que são conveniados, sem estratégias para captação e retenção de estudantes.
- Falta de acompanhamento e avaliação mais efetiva no desenvolvimento dos cursos. As avaliações não estão institucionalizadas.
- Falta de avaliação dos critérios de criação de cursos novos e/ou reformulação dos projetos.
- Baixa produção científica resultante das monografias e dos trabalhos de conclusão de cursos.
- Necessidade de maior interação entre as instâncias acadêmicas e administrativas com relação aos aspectos das políticas de pós-graduação *Lato sensu*, objetivando a consolidação do compromisso pautado no PDI.
- Necessidade de apoio jurídico para contratualização com órgãos externos para realização de estágios regular e externo o que limita a realização de tais estágios a instituições que permitem acordos simplificados.
- Dificuldades na aprovação desvinculada de Editais do Ministério da Saúde/Educação.

d) Recomendações da CPA

- Institucionalizar instrumentos e mecanismos efetivos de acompanhamento e avaliação qualitativa dos cursos *Lato sensu*.
- Articular estratégias efetivas de captação e permanência de estudantes.
- Discutir e estabelecer critérios para criação e reformulação de cursos.
- Incentivar a ampliação dos cursos *Lato sensu* em EAD.

3.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

Critério de Análise: Previsão e implementação de ações acadêmico-administrativas de pesquisa e iniciação científica, tecnológica, artística em conformidade com as políticas estabelecidas.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

As políticas de pesquisa e iniciação científica, tecnológica estão implantadas Resolução CEPE 070/2014; Resolução CEPE 97/2009; Resolução CEPE 12/2012; A PROPPG organiza e submete propostas aos órgãos de fomento de pesquisa.

A UEL possui 2.608 linhas de pesquisa, 556 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e 1.382 projetos de pesquisa em andamento, dos quais participam 1.075 docentes, 2.424 estudantes e 1.577 estudantes de pós-graduação (PDI).

Entre os Programas de Apoio à pesquisa, estão as bolsas de Apoio à Pesquisa e ao Pesquisador, os Laboratórios para o Ensino e Pesquisa com a CMLP da PROPPG, que são compartilhados por várias linhas de pesquisa dos diversos departamentos e programas de pós-graduação. Estão inclusos os programas de Apoio à Pós-Graduação, como o Programa de Estudantes - PEC-PG, PNPd/CAPES, Programa de Aliança para a Educação e Capacitação e PDSE.

A UEL possui um sistema integrado de ensino, pesquisa e extensão, que envolve estudantes de graduação e pós-graduação, docentes da UEL e de outras instituições, docentes sênior, bolsistas PRODOC e PNPd, pós-doutor, iniciação científica (IC) e iniciação tecnológica.

O Programa de IC da UEL agrega estudantes e envolve as seguintes modalidades de bolsas: CNPq/PIBIC; IC/UEL; Iniciação Artística; PIBIC/CNPq – Ações Afirmativas; PIBITI-CNPq; IC/Fundação Araucária; Fundação Araucária – Ações Afirmativas para Inclusão Social; IC Junior/CNPq; IC Sem bolsa.

Sobre o número de bolsas na UEL relacionadas à inclusão social (Fundação Araucária) e a ações afirmativas (CNPq), pode ser verificado no Quadro 6 a seguir um histórico do número de Bolsas na UEL, Inclusão Social e Ações Afirmativas, período de 2005 a 2015. O número total de bolsas de estudos para aos alunos da graduação até o ano de 2015 pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 6. Evolução do Número de Bolsas na UEL, Inclusão Social e Ações Afirmativas, Período de 2005 a 2015

Bolsas	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015
Inclusão Social Fundação Araucária	120	258	308	328	525	312	160	160	160	160
Ações Afirmativas CNPq	0	0	0	0	20	25	25	25	25	25
Total	120	258	308	328	545	337	185	185	185	185

Fonte: PROPPG, Acesso em: 29/10/2015. Elaboração PROPLAN/DAAI

Quadro 7. Bolsas de Pesquisa para Estudantes de Graduação da UEL, ano de 2015

DESCRIPTIVO	Nº. BOLSA
Bolsas de Iniciação Científica	224
Inclusões Sociais Fundação Araucária	150
Iniciações Científicas Junior Fundação Araucária	90
Iniciações Científicas Junior CNPq	28
Iniciações de Desenvolvimento Tecnológico UEL	15
Iniciações Científicas CNPq	265
Iniciação de Desenvolvimento Tecnológico CNPq	30
Iniciações Científicas Fundação Araucária	166
Total	968

Fonte: UEL em dados 2015. Elaborado PROPLAN/DAAI

Outra forma de apoio à pesquisa são as Bolsas de Produtividade em Pesquisa CNPq, concedidas aos docentes pesquisadores da UEL e distribuídas em todas as áreas do conhecimento (Quadro 8).

Quadro 8. Bolsas Produtividade em Pesquisa para Docentes

DESCRIPTIVO	Nº. BOLSA
Bolsas Produtividade em Pesquisa CNPq	106
Bolsas Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico CNPq e Extensão Inovadora	07
Bolsas Produtividade em Pesquisa	57
Total	170

Fonte: UEL em dados 2015. Elaborado PROPLAN/DAAI

E abaixo estão discriminadas as ações e estratégias que tratam das Metas e Ações Institucionais que contemplam o fortalecimento das Políticas de Pesquisa, conforme o PDI (2016-2021).

- *Consolidar a rede de pesquisa pautada pelo tratamento temático, transversal e transdisciplinar;*
- *Consolidar os grupos de pesquisa e, ao mesmo tempo, proporcionar condições para fixação de talentos e de competitividade de seus pesquisadores em nível nacional;*
- *Incentivar a participação de estudantes nos programas de iniciação científica, iniciação artística, inclusão social, entre outros;*
- *Melhorar a qualidade e ampliar a quantidade das publicações científicas institucionais;*
- *Consolidar e ampliar a Revista Semina das diferentes áreas do conhecimento;*
- *Ampliar a capacidade institucional para concorrer a recursos para pesquisa nos diversos editais disponibilizados pelas agências de fomento à pesquisa e pós-graduação;*
- *Valorizar a produção científica para ingresso e promoção na carreira docente;*
- *Proporcionar condições para consolidação dos grupos de pesquisa;*
- *Melhorar o sistema de informatização, otimizando os procedimentos referentes à pesquisa;*
- *Melhorar a página principal da UEL e da PROPPG, facilitando o acesso e a busca da informação pelos diferentes usuários;*
- *Incentivar a participação de estudantes nos programas de iniciação científica, iniciação, inclusão social, entre outros.*

b) Potencialidades Identificadas

- O CCA e alguns departamentos de outros centros indicam estarem contemplados por todas as ações propostas, mas devido a estreita relação com Programas de Pós-Graduação.
- As atividades artística e cultural estão implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas.
- A CMLP tem se consolidado como estratégica para o fortalecimento das políticas de pesquisa.
- As informações sobre o desenvolvimento de pesquisas científicas que representam ganhos para as organizações são divulgadas por meio de publicações, jornais, revistas e do sítio institucional.

c) Fragilidades Identificadas

- Diminuição do número de bolsas de diversas modalidades e recursos para a pesquisa das mais diversas fontes.
- Dificuldade na gestão dos recursos devido à burocracia.
- Modelo de avaliação da Universidade, no que tange aos editais de iniciação científica, prejudica algumas áreas devido às características específicas de cada área. Já que os editais de maneira geral valorizam e favorecem grupos já consolidados de pesquisa.
- Alta dependência de recursos externos que ficam a cargo de pesquisadores ou programas.
- Alguns cursos apontam o excesso de carga horária de trabalho e o acúmulo de funções destinadas aos docentes afetam diretamente a possibilidade de fomento e as práticas de pesquisa associadas à formação na graduação.
- Até a presente data não existe um Plano de Cultura da UEL.
- Não há menção no PDI acerca de políticas ou ações para o desenvolvimento tecnológico, artístico e cultural.

d) Recomendações da CPA

- Contratar técnicos de nível superior para os laboratórios multiusuários.
- Disponibilizar recursos próprios para manutenção dos laboratórios multiusuários.
- Discutir e estabelecer políticas ou ações para o desenvolvimento tecnológico, artístico e cultural.
- Fortalecer a formação de novos grupos de pesquisa proporcionando oportunidades de inserção.

3.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.

Critério de Análise: Previsão e implementação de ações acadêmico-administrativas de extensão, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

Na UEL, a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (Estatuto da UEL), “sendo compreendida como atividade essencial nos cursos de graduação e como atividade opcional nos cursos de pós-graduação, planejada nos Departamentos e Centros e aprovada pela Câmara de Extensão. A Universidade reserva no seu orçamento recursos necessários para a extensão, por proposta do CEPE”.

Assim, a UEL ao longo de sua existência, desenvolveu e consolidou uma política de extensão – associada ao ensino e à pesquisa – consubstanciada em programas de intervenção na realidade local e regional. Tais intervenções se dão por meio de seus Órgãos Suplementares e de Apoio, núcleos de extensão e de prestação de serviços, bem como programas institucionais (PDI).

Pelo Regimento Geral da UEL, a extensão universitária é desenvolvida sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produção e publicações específicas. As ações extensionistas são cadastradas na PROEX segundo sua vinculação a Áreas Temáticas. Cabendo à PROEX a implantação e manutenção de um Programa de Bolsas de Extensão destinado aos estudantes de graduação e pós-graduação. Compete à Câmara de Extensão estabelecer as normas deliberativas sobre os trabalhos pertinentes à extensão, incluindo a disseminação das ações e resultados, homologadas pelo CEPE.

No PDI da UEL (período 2016-2021), as principais políticas, ações e estratégias em relação à Extensão estão contempladas na seção 2.4 que tratam das Metas e Ações Institucionais. Os textos a seguir são recortes dessas metas e ações.

- *Articular diferentes projetos de ensino e extensão, para obtenção de recursos, com incentivo para desenvolver projetos integrados.*
- *Melhorar o sistema online para envio de projetos de ensino, pesquisa e extensão a fim de dinamizar e agilizar o processo.*
- *Desburocratizar os trâmites de aprovação de projetos e Melhorar o sistema online para envio de projetos de ensino, pesquisa e extensão a fim de dinamizar e agilizar o processo.*
- *Integrar as bases de dados e os sistemas administrativo e acadêmico, garantindo o acesso às informações entre as diferentes unidades e a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.*
- *Realizar a divulgação sistemática da missão, da visão e dos valores, principalmente das ações de extensão desenvolvidas a comunidade universitária e a comunidade de Londrina e região.*
- *Reafirmar a Extensão como processo acadêmico, vinculando a ação extensionista ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, sendo o estudante protagonista de sua formação necessária à atuação profissional, e de sua formação cidadã;*
- *Aprimorar e expandir as ações extensionistas, com ênfase na relação teoria e prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes;*
- *Consolidar a concepção de extensão como função acadêmica, constituindo-se parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo docentes e estudantes, alimentando processos de flexibilidade curricular;*
- *Simplificar o processo de trâmite para aprovação das ações de extensão;*
- *Fortalecer os Programas de Extensão para a realização de ações de impacto no âmbito das políticas públicas;*
- *Estimular processos contínuos de valorização do trabalho desenvolvido pelo docente e o técnico extensionista;*
- *Ampliar o processo de informatização das ações extensionistas;*
- *Viabilizar a interação entre os coordenadores de Áreas Temáticas, para a troca de informações que conduzam à formação de Grupos e Linhas de Extensão afins e a obtenção de financiamentos junto às Agências de Fomento;*
- *Aumentar qualitativa e quantitativamente as ações extensionistas, promovendo a divulgação e a disseminação dos resultados;*
- *Implementar a captação de recursos externos, no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão;*
- *Reestruturar a Revista Estação e o Jornal Extensão;*

- Fortalecer a área de extensão com evento específico que englobe os projetos em desenvolvimento.

O Quadro 9 a seguir, mostra o total de projetos de extensão em execução e números de participantes ativos nos Centros de Estudos.

Quadro 9. Total de projetos de extensão em execução e números de participantes ativos nos Centros de Estudos

Centro de estudos	Total de projeto	Participantes						Total geral de participantes
		Docente	Aluno de graduação	Aluno de pós-graduação	Agente universitário de nível superior	Agente universitário de nível médio	Outros	
CCA	24	85	140	15	7	25	17	289
CCB	52	122	253	16	9	20	54	474
CCE	21	79	69	3	7	6	12	176
CCH	23	64	47	11	6	6	23	157
CCS	36	98	105	30	11	10	8	262
CECA	25	69	74	7	1	2	19	172
CEFE	24	55	67	25	6	3	8	164
CESA	23	79	100	7	6	4	53	249
CTU	10	33	22		3			58
Total Geral	238	684	877	114	56	76	194	2.001

Fonte: EXPAR68/67/69/70 (13/04/2016) (adaptado por centros de estudos/total de projeto). Centro de Estudos em dados (2016)

b) Potencialidades Identificadas

- Do ponto de vista institucional, a Universidade está devidamente estruturada quanto às proposições de apoio à realização de programas e projetos (editais específicos), seleção de bolsistas (PROINEX), atividades e ações (POR EXTENSO), entre outros.
- A manutenção dos projetos e programas de extensão pela Universidade que atendem as mais diversas áreas da Comunidade.
- A implantação de bolsas extensionistas e avaliações através de evento próprio faz com que segmento atenda às ações acadêmicas administrativas.
- Melhora no sistema online para envio de projetos de ensino, pesquisa e extensão dinamizando, agilizando e desburocratizando o processo.
- O HU é um prestador de serviços 100% SUS que atende a 267 municípios do Estado e diversos outros estados. Ações de prevenção ao Câncer, Tuberculose, Queimaduras dentre outras de grande alcance na população. Atuação do Banco de Leite, que capta, processa e distribui leite humano a prematuros, e atuação do Hemocentro.

c) Fragilidades Identificadas

- Necessidade de valorização das ações de extensão, reduzindo a distância entre os “status” das atividades de pesquisa e extensão.

- Melhorar a disseminação dos resultados, pois falta a penetração das ações nas mídias sociais e na imprensa.
- A política institucional e ações acadêmico-administrativas para a extensão estão desvinculadas da política da graduação perdendo-se uma importante estratégia de desenvolvimento de competências fundamentais para o estudante. Além disso, encontra-se dificuldade relativa à infraestrutura da IES para o pleno desenvolvimento das atividades principalmente no período noturno.
- Necessidade de fortalecer vínculo entre projetos de extensão envolvendo estudantes da graduação e pós-graduação com as disciplinas, havendo necessidade de ser inserido no PPC ou nas resoluções dos Programas de Pós-Graduação.

d) Recomendações da CPA

- Reafirmar a Extensão como processo acadêmico, vinculando ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento para a formação cidadã.
- Aumentar os incentivos para os programas e projetos de extensão inclusive a infraestrutura.

3.6. Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

Critério de Análise: Previsão e implementação de ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

No PDI não se detectaram políticas específicas para estímulo à difusão da produção científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

Existe regulamentado pela Resolução CEPE/CA nº. 116/2005, a Biblioteca Digital da UEL (<<http://www.bibliotecadigital.uel.br/textos/resolucao.pdf>>). Tal resolução foi aprovada devido à necessidade de: (I) criação de bases de dados digitais, com textos completos, da produção científica, tecnológica, artística e cultural da Universidade; (II) estabelecimento de normas e procedimentos para a tramitação e depósito dos trabalhos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais produzidos na Instituição; (III) imperativa necessidade de dar visibilidade e disponibilizar, ao maior conjunto possível de interessados, os textos completos de trabalhos de diferentes naturezas produzidas na UEL.

Em relação à produção científica da UEL, as dissertações e teses podem ser consultadas por área de conhecimento, por curso, título da publicação e data, também está disponível o número de documentos produzidos por área/curso e classificados como produção dos programas de Mestrado e Doutorado, disponível no sítio da UEL.

b) Potencialidades Identificadas

- Algumas devolutivas consideram as ações plenamente satisfatórias, na promoção de eventos científicos, de ensino e extensionistas; com abrangências local, regional e nacional; além de contar com periódicos científicos reconhecidos nacionalmente e publicações de várias obras em formato de livros (ou mídia eletrônica).
- Vários relatos afirmam que as estratégias estão implantadas sendo que há grande esforço interno nos departamentos para que as mesmas se materializem em ações efetivas.
- O EAIC é reconhecido como um fórum para a disseminação da produção discente.
- Os cursos de licenciatura apontam a importância do PIBID, na realização de atividades relevantes para a formação profissional do discente além de estimular a participação em eventos científicos que geram disseminações.
- O apoio das bibliotecas setoriais, da gráfica e da editora da Universidade foi reconhecido como importante na realização das ações de difusão das produções acadêmicas. O Sistema de Bibliotecas colabora na implantação de serviços, disponibilizando um programa para geração automática de ficha catalográfica de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UEL, revisão das publicações no portal periódicos, colaborando para a pesquisa e/ou iniciação científica.
- Relatos mencionam ações para incentivo à publicação e o apoio para busca de parcerias e recursos internos e de agências de fomento externas para a produção científica.

c) Fragilidades Identificadas

- A maior fragilidade apontada nos relatos é a insuficiência de recursos no custeio de despesas para divulgação em eventos.
- Parte das publicações ainda conta com recursos dos próprios pesquisadores.
- Não há apoio suficiente de recursos e infraestrutura para as revistas indexadas no Portal de Periódicos.

d) Recomendações da CPA

- Criar/fomentar programas de captação/geração de recursos, para financiamento da disseminação científica.
- Verificar o papel da EDUEL para a disseminação da produção acadêmica.
- Melhorar o apoio às revistas eletrônicas.

3.7 Comunicação da IES com a comunidade externa.

Critério de Análise: Relação das ações acadêmico – administrativas previstas no PDI ou implantadas referentes aos canais de comunicação externa, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

A COM é a instância executiva da Política de Comunicação da UEL, responsável pelas informações relacionadas com as atividades administrativas, educativas e culturais produzidas na própria Instituição. Seu principal objetivo é coordenar as ações de comunicação da UEL, no nível das instâncias produtoras e difusoras de informação no âmbito de sua abrangência institucional interna e externa. Composta pela Divisão de Jornalismo, Diretoria de Serviços Gráficos, Divisão de Produção em Mídia. Na área de Relações Públicas são desenvolvidas ações vinculadas aos diferentes eventos da instituição, na prestação de assessoria às diferentes unidades da UEL, no que diz respeito a eventos, encontros, congressos e formaturas, bem como aos demais projetos institucionais que requeiram esses atendimentos, internos e externos, e que vão se constituir, em última instância, em projetos de marketing corporativo e/ou institucional.

Existem Canais de Comunicação com a Comunidade Interna e Externa como: Ouvidoria Geral e Canal do Estudante; Rádio UEL FM; Televisão Educativa e Cultural; Portal do Servidor; Portal do Servidor Aposentado da UEL; Fale com o Vice-Reitor e Portal da Transparência (<http://www.uel.br/portaltransparencia>).

No PDI (período 2016-2021) estão previstas a implantação de políticas e ações. Os textos a seguir são recortes dessas metas e ações.

- *Definir políticas de comunicação e editoração.*
- *Garantir iniciativas de transparência da atuação da universidade junto à comunidade externa e interna, no que se refere à atuação e avaliação existentes nos órgãos suplementares, de apoio e programas oferecidos para a comunidade.*
- *Implementar a Política de Comunicação e de Gestão Documental;*
- *Perfil do Egresso: tornar os canais de comunicação com os estudantes mais “atraentes”.*
- *Reunir a comunidade universitária e sociedade em Seminários e Fóruns, com o objetivo de consolidar a relação Universidade e Sociedade, incrementando a participação da comunidade externa no processo avaliativo.*
- *Estreitar o relacionamento com a comunidade e com a imprensa por meio de ações extensionistas;*
- *Implantar uma política estratégica de Gestão da Comunicação e do Marketing, buscando a disseminação da informação e do conhecimento para sensibilizar a comunidade e a sociedade para a importância da Universidade Estadual de Londrina.*
- *Desenvolver estratégia institucional para disseminação no que tange ao ensino, a pesquisa e a extensão;*
- *Planejar e implementar ações de consolidação da marca UEL;*

- *Realizar a divulgação sistemática da missão, da visão e dos valores, principalmente das ações de extensão desenvolvidas a comunidade universitária e a comunidade de Londrina e região;*
- *Aprimorar os sistemas comunicacionais da Instituição, através da melhoria da comunicação interna e externa.*
- *Fortalecer as relações com os públicos de interesse, a destacar a sociedade organizada, eclesial, formadores de opinião e lideranças;*
- *Divulgar sistematicamente as informações sobre o desenvolvimento de pesquisas científicas que possam representar ganhos para as organizações e melhorar a competitividade das empresas da região;*
- *Divulgar a informação e o conhecimento gerados em canais próprios e de amplo alcance;*
- *Tornar os canais de comunicação institucional mais acessíveis;*

b) Potencialidades Identificadas

- Os PPCs são publicizados no sítio da UEL.
- O evento Feira de Profissões divulga os cursos de graduação, a estrutura da Universidade e a prestação de serviços à comunidade.
- Dispõe de sítio, rádio, TV, Boletim Notícia, canais de comunicação como Portal do Egresso, Aposentado, Ouvidoria, Portal da Transparência.
- A COM elabora e distribui releases das principais atividades da Universidade para a mídia local e regional.

c) Fragilidades Identificadas

- A política de comunicação institucional não está consolidada.
- Não há comunicação sistemática de diversas ações que a UEL realiza em suas atividades assistenciais, de extensão e pesquisa para a comunidade.
- Apesar do sítio da UEL ser um canal importante de comunicação, não se constitui em uma fonte atraente e de fácil manuseio pela comunidade externa.
- A comunidade externa tem pouco acesso aos resultados das avaliações recentes, a divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, a existência de mecanismos de transparência institucional, a ouvidoria, entre outros.

d) Recomendações da CPA

- Melhorar a divulgação dos cursos de graduação, do perfil do profissional a ser formado, as possibilidades de inserção do profissional no mundo de trabalho; os programas e os projetos, os documentos e os serviços disponíveis para a comunidade interna e externa.
- Implantar uma política de comunicação efetiva e ocupação de espaços estratégicos na mídia, destacando a missão, a visão e os valores, inserindo a UEL de forma mais incisiva na sociedade como parceira no desenvolvimento da cidade e região.
- Utilizar outras mídias para comunicação com público externo, principalmente jovem, de desenvolvimento de aplicativos para acesso por múltiplas plataformas.

3.8. Comunicação da IES com a comunidade interna.

Critério de Análise: Relação das ações acadêmico – administrativas previstas no PDI ou implantadas referentes aos canais de comunicação interna, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

Além dos canais de comunicação apontados anteriormente, existem os seguintes canais com a Comunidade Interna: Ouvidoria Geral, Canal do Estudante; Portal do Servidor; Fale com a Reitoria e endereço eletrônico institucional.

No PDI (período 2016-2021) estão previstas a implantação de políticas e ações. Os textos a seguir são recortes dessas metas e ações.

- *Definir políticas de comunicação e editoração.*
- *Garantir iniciativas de transparência da atuação da universidade junto à comunidade externa e interna, no que se refere à atuação e avaliação existentes nos órgãos suplementares, de apoio e programas oferecidos para a comunidade.*
- *Implementar a Política de Comunicação e de Gestão Documental;*
- *Implantar uma política cultural na UEL com base no Plano Nacional de Cultura e no Plano Estadual de Cultura e sistematizar a diversidade das práticas de produção cultural e de difusão científica, artística e cultural da UEL*
- *Ampliar os canais de comunicação entre a UEL e os estudantes.*
- *Desenvolver estratégia institucional para disseminação no que tange ao ensino, a pesquisa e a extensão;*
- *Instituir uma política de informação que favoreça os processos de gestão para tomada de decisões em vários níveis, dos quais se destacam algumas iniciativas no nível gerencial;*
- *Aprimorar os sistemas comunicacionais da Instituição, através da melhoria da comunicação interna e externa.*
- *Desenvolver um manual de padronização de comunicação institucional, contendo normas e procedimentos para maximizar os esforços de Marketing, de Comunicação Social, de Comunicação Visual e, principalmente, de relacionamento com a mídia;*
- *Avaliar o fluxo de informação e processos, visando elaborar ou aprimorar os sistemas de informação da Instituição;*
- *Aprimorar a política de gestão documental;*
- *Compor grupos de estudo para transformar conhecimento tácito em explícito, visando solucionar os problemas detectados nos âmbitos administrativos e acadêmicos;*
- *Desenvolver estratégias para preservar a memória institucional;*
- *Divulgar a informação e o conhecimento gerados em canais próprios e de amplo alcance;*
- *Estabelecer procedimentos e mecanismos de tramitação de processos, emissão de pareceres técnicos, de acordo com competências setoriais; encaminhar par aprovação nas devidas instâncias implicadas na matéria; proceder a sistematização dos atos normativos (resoluções dos conselhos superiores, instruções normativas e de serviços, atos executivos) promover o pleno acesso e a consulta via web;*
- *Atualizar toda a estrutura organizacional da UEL, em função dos novos órgãos e atribuições criados, incluindo Organograma;*

- *Desenvolver um plano de comunicação, para a UEL com base em pesquisas com os públicos de interesse e proporcionar por meio de um a política de comunicação, maior interação com a comunidade interna, incentivando o diálogo;*
- *Tornar os canais de comunicação institucional mais acessíveis;*
- *Realizar ampla divulgação interna das decisões institucionais incluindo os Órgãos Colegiados;*

b) Potencialidades Identificadas

- Alguns Colegiados e Programas de Pós-graduação se utilizam de outros meios de comunicação além do sítio da UEL, tornando mais ágil e efetiva a comunicação.
- As unidades de comunicação da UEL fazem um bom trabalho, publicando no Boletim Notícia da UEL, TV Educativa e Cultural UEL, RÁDIO UEL FM as importantes ações/atividades desenvolvidas na Universidade.

c) Fragilidades Identificadas

- As unidades de comunicação carecem de investimentos para obter amplo espectro de difusão/divulgação entre os membros da comunidade.
- Os canais de comunicação interna estão implantados, porém são pouco funcionais.
- Não há um fórum de debates da comunidade universitária sobre os resultados das avaliações, da extensão e da pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional e da ouvidoria.

d) Recomendações da CPA/UEL

- Melhorar a política de comunicação interna como a melhor utilização do Boletim Notícia, Rádio UEL FM, TV UEL e tornar o sítio mais interativo e atraente.
- Implantar uma política estratégica de gestão da Comunicação e do *Marketing* – interno e externo, buscando a disseminação da informação e do conhecimento para sensibilizar a comunidade interna para a importância da UEL.
- Melhorar a divulgação dos cursos de graduação, do perfil do profissional a ser formado, as possibilidades de inserção do profissional no mundo de trabalho; os programas e os projetos, os documentos e os serviços disponíveis para a comunidade interna e externa.
- Implantação da Ouvidoria de Ideias com o intuito de incentivar as comunidades interna e externa a apresentarem sugestões que possam melhorar os serviços prestados.
- Ampliar os sistemas eletrônicos nos portais dos alunos, permitindo que os relatórios, avaliações discentes e os diversos formulários possam ser preenchidos e acessados *online* e não em papel.

3.9. Programas de atendimento aos estudantes.

Critério de Análise: Programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico,

programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, previstos/implantados.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

O PDI prevê ações de atendimento especializado aos estudantes. Atualmente encontram-se implantados o NAC em conformidade com as orientações do INEP), o Programa de Nivelamento, o Laboratório de Línguas, o LABTED, o SEBEC, o DASC, o Canal do Estudante, a Clínica Psicológica, a CUIA e o PROPE.

b) Potencialidades Identificadas

- A UEL acata as legislações superiores relacionadas ao atendimento das necessidades especiais dos estudantes e oferece serviços que proporcionem aos alunos sentimentos de segurança e proteção diante de suas dificuldades específicas permanentes ou temporárias. Destaque para o curso de Odontologia com a organização do banco de materiais (arrecadação e empréstimo de instrumental como mecanismo de permanência para alunos carentes).
- Em 2016 DASC contabilizou 4.291 consultas médicas, 4.292 atendimentos de enfermagem, 6.988 procedimentos diversos e 2.480 atendimentos de odontologia.

c) Fragilidades Identificadas

- Os serviços de atendimento aos estudantes são pouco conhecidos pela comunidade da própria Universidade e insuficientes em relação à demanda.
- Divulgação insuficiente dos diversos serviços de atendimento prestados aos estudantes.
- Dificuldade de acessibilidade nos diferentes setores da Universidade.

d) Recomendações da CPA

- Divulgar na comunidade acadêmica os diferentes tipos de atendimento existentes na UEL.
- Esclarecer as diferentes instâncias sobre procedimentos de encaminhamento de alunos que necessitem de atendimento especializado.
- Ampliar a oferta dos serviços de atendimento, considerando a demanda.

3.10. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.

Critério de Análise: Programas de apoio ao discente previstos/implantados na UEL considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

Pelo Regimento Geral da UEL, a extensão universitária é desenvolvida sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produção e publicações específicas. A Casa da Cultura da UEL é referência central no incentivo, produção e fomento de atividades culturais e artísticas.

A PROEX também investe em ações internas para consolidação da relação com a sociedade, como: seminário e fórum de extensão; eventos esportivos e culturais, entre outras.

No PDI (período 2016-2021), os programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente, estão contempladas na seção 2.4 que tratam das Metas e Ações Institucionais. Os textos a seguir são recortes dessas metas e ações.

- *Apoiar a realização de eventos e cursos;*
- *Agilizar a emissão dos certificados dos eventos para entrega aos participantes;*
- *Vincular eventos a projetos automaticamente pelo sistema, inserindo o número do projeto ao fazer o cadastro do evento evitando mencionar novamente o relatório do projeto;*
- *Incentivar a realização de eventos na modalidade EaD e sobre EaD;*
- *Melhorar o alcance dos editais FAEPE para realização de eventos com participação externa. Melhoria dos recursos financeiros para financiamento de projetos de extensão universitária. Incentivo da chefia de Departamento para realização de projetos e eventos internos;*
- *Elaborar projeto para viabilizar a captação de recursos externos – públicos e/ou privados – para a construção de um Centro de Eventos Regional com capacidade para eventos acadêmicos de grande porte nacional e internacional;*

No ano de 2016, foram cadastrados na PROEX 322 eventos, com público estimado de 77.946 participantes. A Fundação Araucária financiou 44 destes eventos (dados fornecidos pela PROEX).

b) Potencialidades Identificadas

- Vários eventos acadêmicos/científicos/culturais são realizados pela UEL anualmente, contando com uma boa participação tanto da comunidade interna como externa. A maioria contando com recursos próprios e/ou financiamento de órgãos de fomento.
- Em alguns cursos de graduação, os discentes fazem visitas técnicas de campo, previamente programadas e previstas nos planos de ensino.
- O Edital PUBLIC-UEL incentiva publicação de resultados de trabalhos de docentes com participação de discentes da graduação.
- Os alunos podem solicitar amparo para a participação em eventos culturais, artísticos e científicos.

c) Fragilidades Identificadas

- Os programas de pós-graduação conseguiram manter um programa próprio de apoio à participação de discentes em eventos, mas com o corte dos recursos PROAP, esse cenário tende a mudar.
- Nem todos os cursos de graduação conseguem realizar eventos acadêmicos por falta de estrutura física, recursos humanos e financeiros.
- Apesar de estar implantado na UEL, o sistema de emissão de certificados de participação em eventos on-line, muitos reclamam da demora e ineficiência desse serviço.
- Pouca agilidade para compra de passagens para palestrantes e convidados dos eventos.

d) Recomendações da CPA

- Melhorar o sistema de emissão de certificados.
- Melhorar o sistema de emissão de passagens.
- Potencializar o apoio técnico e financeiro para a realização de eventos acadêmicos.

3.11. Política e ações de acompanhamento dos egressos.

Critério de Análise: Atendimento de plano de ação/ações institucionais previsto/implantado quanto à política de acompanhamento dos egressos.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

O PDI apresenta o Portal do Egresso como: “um canal interativo, com seções de informação e de relacionamento entre a Universidade e seus ex-alunos, por meio de informativos sobre cursos, eventos, lançamentos, entre outras atividades desenvolvidas na Instituição.” O Portal oferece também informações sobre os órgãos relacionados a sistemas de empregos, entre eles: Agências de Emprego Londrina; Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social; Universia/Pós-Universitário.

b) Potencialidades Identificadas

- Encontra-se disponível no sítio da Universidade o Portal do Egresso.
- Alguns cursos organizam independentemente o seu Fórum de Egressos.
- Em alguns cursos o acompanhamento de egressos acontece em iniciativas particulares de professores/orientadores/supervisores.
- Projetos implantados para acompanhamento dos egressos (curso de Design de Moda, Artes Visuais, Comunicação, Jornalismo, Mestrado e Doutorado em Serviço e Política Social, Casa da Cultura).

c) Fragilidades Identificadas

- Número considerável de cursos desconhece a existência do portal do egresso.

- Ainda que no sítio da Universidade exista o acesso para o Portal do Egresso e para página de redes sociais, este espaço apresenta informações desatualizadas e algumas notícias não estão diretamente relacionadas à política e ação de acompanhamento dos egressos, o que dificulta conhecermos e acompanharmos a atuação dos egressos da IES no ambiente sócio econômico (item 3.12).
- A falta de informação oficial sobre o egresso impede a avaliação da sua atuação no mercado de trabalho.

d) Recomendações da CPA

- Planejar e organizar ações específicas de acompanhamento da inserção dos egressos no mercado de trabalho, com o objetivo de alimentar o portal e páginas das redes sociais com informações relevantes e atualizadas, contribuindo para maior visibilidade da Universidade na sociedade.
- Criar estratégias para reinserir o egresso na Universidade, contribuindo com os estudantes para compreender a sua ação profissional futura (participação em Semana de Recepção, Semana Pedagógica, Feira de Profissões e outros eventos organizados pelo curso e/ou Universidade.
- Planejar e implementar a Associação de Egressos da UEL.

3.12. Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.

Critério de Análise: Ações previstas/implantadas pela UEL para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a UEL está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.

a) Ações/Políticas Previstas/Implantadas

Ainda que o PDI aponte a importância de acompanhamento dos seus egressos, a Universidade não apresenta ações implantadas no ambiente socioeconômico.

b) Potencialidades Identificadas

- Os Programas de pós-graduação fazem o levantamento dos seus egressos devido ao preenchimento do relatório CAPES.

c) Fragilidades Identificadas

- Informalidade na obtenção das informações sobre os egressos.
- Não há nenhuma ação efetiva da IES para verificação do egresso em relação a sua atuação profissional.

d) Recomendações da CPA

- A Universidade tem urgência em implantar políticas de acompanhamento da atuação dos egressos na sociedade e promover ações interativas que proporcionem à instituição informações sobre adequação da formação profissional.

3.13. Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.

Critério de Análise: Atendimento de ações previstas/implantadas pela UEL, conforme proposto no PDI, referente a inovação tecnológica e a propriedade intelectual.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

Em Londrina, a Lei Municipal de Inovação prevê medidas de incentivo à pesquisa científica e tecnológica, a consolidação dos ambientes de inovação nos setores produtivos e sociais do município de Londrina e a ampliação da Política Municipal de Ciência e Tecnologia. Os benefícios da Lei de Inovação estão no estímulo e apoio à formação de alianças para o desenvolvimento de projetos de cooperação entre poder público municipal, as empresas e as instituições de ensino, visando a promover a geração de inovação e negócios (PDI).

Aliando-se a todos os outros pontos favoráveis sobre Londrina e região, a UEL possui a AINTEC, com Escritório de Propriedade Intelectual/Transferência de Tecnologia que atende pesquisadores, faz produção de patentes, registros de software, direitos autorais e marcas elaboradas. A Agência, por meio da INTUEL, fomenta projetos inovadores na área. A AINTEC tem por missão viabilizar a transformação do conhecimento em inovação, fomentar o empreendedorismo inovador, gerar direitos para proteção das suas criações intelectuais e transferir ativos inovadores para o mercado e para sociedade em geral (PDI).

No PDI da UEL (período 2016-2021), a principal política, ação e estratégia em relação à inovação tecnológica e a propriedade intelectual

- *Trabalhar em conjunto com a Agência de Inovação Tecnológica – AINTEC, no sentido de promover a inovação tecnológica, a transferência de tecnologias e a proteção intelectual;*

Os resultados parciais de 2016 mostram que 16 Pesquisadores foram atendidos, além disso, gerados: 8 Produções de Propriedade Intelectual (Patentes, Registros de Software, Direitos Autorais, Marcas Elaboradas), 5 Patentes em Fase de Elaboração e Análise. (Folder UEL em dados 2016). Em agosto de 2016, a AINTEC obteve a patente do processo estéril de lavagem de bolsas de sangue. Nota disponível em http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_Cod_Categoria=2&FWS_N_Texto=23437

b) Potencialidades Identificadas

- Na Universidade há o desenvolvimento de metodologias, procedimentos técnicos e criação e publicação de obras artísticas.
- Existe apoio ao desenvolvimento de empresas juniores.

c) Fragilidades Identificadas

- Falta de uma política de incentivo aos pesquisadores na geração e inovação tecnológica da instituição.
- Por meio da AINTEC é possível o desenvolvimento de ações de proteção intelectual, no entanto, o fomento ao empreendedorismo é incipiente dentro da agência. Ademais, não se têm percebido ações concretas para transferir ao mercado e à sociedade os ativos gerados pela UEL. A falta de recursos humanos e burocracia dificultam o depósito de pedido de patente.
- O processo de registro de patentes, ou propriedade intelectual, é muito moroso e burocrático.

d) Recomendações da CPA

- Ampliar os recursos humanos na Agência de Inovação Tecnológica para desburocratizar e agilizar os processos de registros de patentes e propriedade intelectual.
- Criar uma política de incentivo aos pesquisadores para o incremento do desenvolvimento de inovação e tecnológico.

3.2 EIXO 4 - Políticas de Gestão (dimensões Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; e Sustentabilidade Financeira).

4.1. Política de formação e capacitação docente.

Critério de Análise: Política de formação e capacitação docente prevista/implantada, considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

A UEL possui normas que incentivam a capacitação docente por meio de afastamento legal e regimental, voltado tanto para obtenção de titulação acadêmica, como para a produção do conhecimento científico. O Regulamento do Pessoal da Universidade, prevê regras para Licenças à Capacitação (curta e longa duração), incentivando a apresentação de trabalhos em eventos científicos, no país ou no exterior.

Em novembro de 2015, segundo dados da PRORH, o corpo docente da UEL, totalizava 1.696 docentes. Deste total, 92,8% (1.574) possuem o título de mestrado e doutorado, sendo que 65,4% (1.110) dos docentes têm o título de doutorado; 27,3% (464) são mestres; 5,7% (97) são especialistas; 1,4% (25) possuem o título de graduação.

O quadro abaixo demonstra a qualificação do corpo docente da UEL:

Titulação	Março/2015	Novembro/2015
Doutor	1098	1110
Mestre	452	464
Especialista	85	97

Os dados apresentados apontam uma ampliação no número de docentes inseridos em cursos/programas de formação continuada, conforme prevê o Plano de Carreira da Universidade.

b) Potencialidades Identificadas

- O plano de carreira da UEL está alinhado com a proposta do Plano de Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado do Paraná.
- Está previsto no PDI incentivar programas de capacitação docente.
- O Regimento Próprio da Universidade prevê licenças e afastamentos legais para formação e capacitação dos docentes.
- Oferta de Curso de Formação Pedagógica aos docentes ingressantes, portadores de cursos tecnológicos ou bacharéis (GEPE).
- Ações de capacitação docente para o uso das TICs (LABTED).
- Semestralmente os centros recebem recursos financeiros destinados a apoio e incentivo de participação de docentes em eventos científicos.
- Retomada ao acesso à classe de Professor Titular no Plano de Carreira Docente.
- Há centros e departamentos que viabilizam, por meio de recursos externos, licenças e afastamentos de seus docentes com o objetivo de garantir a formação e capacitação.

c) Fragilidades Identificadas

- Diminuição de apoio financeiro que impacta diretamente sobre as políticas de formação e capacitação docente.
- A instituição não apresenta dados nem normas a respeito dos pós-doutores.

d) Recomendações da CPA

- Implantar uma política institucional de avaliação docente com a finalidade de acompanhar sua evolução.

- Consolidar as ações organizadas pelas instâncias da Universidade referentes à política de formação e capacitação pedagógica.

4.2. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.

Critério de Análise: Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada, considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

A Instituição conta com normas internas e externas que permitem o incentivo à formação e capacitação do corpo Técnico Administrativo. A lei que instituiu a Carreira do Agente Universitário (Lei Estadual 11.713/97, alterada pelas Leis 15.050/2006 e 17382/2012), prevê a concessão de promoção vertical para os servidores que concluírem escolaridade acima da exigida para o ingresso no cargo. Ademais, também prevê a progressão horizontal na Carreira aos servidores que concluírem cursos de treinamento/capacitação na área de atuação. Para tanto, a UEL dispõe de um Plano de Capacitação, aprovado pela Resolução CA no. 085/2009, a qual prevê linhas de desenvolvimento nas áreas comportamentais, funcionais e educacionais dos servidores. Conta, ainda, com uma Divisão específica que promove regularmente Cursos de Treinamentos para o desenvolvimento de Competências Técnicas e Comportamentais do Quadro Técnico Administrativo.

b) Potencialidades Identificadas

- A política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está implantada, entretanto, não há mais incentivos devido aos motivos financeiros, por parte do Governo do Estado;
- Na maioria das unidades há o estímulo à participação do corpo administrativo em eventos, bem como estímulo a sua capacitação técnica;
- Existem técnicos-administrativos de nível superior, inclusive com doutorado.

c) Fragilidades Identificadas

- O programa institucional de Apoio a Capacitação do pessoal técnico é restrito e não atende às especificidades das áreas e não há avaliação por parte da Instituição com relação à aplicação dos conteúdos ministrados.
- A falta de servidores restringe as possibilidades de liberação e participação já que a saída provoca sobrecarga de tarefas no setor de lotação.
- O atual plano de cargos e carreira não favorece a fixação de novos funcionários.

d) Recomendações da CPA

- Implantar políticas de capacitação institucional com objetivos e avaliações de forma

plena.

- Promover cursos internos e externos nas áreas específicas de cada Unidade.

4.3. Gestão institucional.

Critério de Análise: Gestão institucional prevista/implantada para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

A gestão institucional na UEL ocorre de forma organizada e sistemática em todos os aspectos listados no critério para análise.

O CU é o órgão máximo de deliberação institucional, responsável pelo estabelecimento da política institucional da Universidade e pela sua supervisão. Conforme:

http://www.uel.br/proplan/portal/pages/arquivos/legislacao_uel/Regimento_Conselho_Universitario.pdf

b) Potencialidades Identificadas

- Existe representatividade em todas as instâncias de todas as categorias.
- A forma de gestão institucional permite a autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.
- Há eleições diretas em vários segmentos o que democratiza os processos decisórios e de gestão colegiada.

b) Fragilidades Identificadas

- A representatividade das diferentes categorias está implementada dentro da Instituição, onde todos os segmentos da Universidade têm oportunidade de se manifestar. Porém, a autonomia financeira e de contratações depende do Governo do Estado.
- A falta de servidores nas secretarias dificulta o registro das reuniões e demais trabalhos administrativos, o que tem ficado sobre a responsabilidade dos próprios docentes/ chefes de departamento.
- A participação da sociedade civil não tem sido significativa, apesar da importância da UEL para o crescimento e desenvolvimento da região.

d) Recomendações da CPA

- Discutir e aprimorar a Gestão Institucional.

- Propor um sistema de substituição gradual dos cargos administrativos de forma que a transição de mandatos ocorra de maneira gradual, consistente e sem rupturas abruptas.

4.4. Sistema de registro acadêmico.

Critério de Análise: Sistema de registro acadêmico previsto/implantado quanto às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.

a) Ações, Políticas Previstas/Implantadas e Dados Estatísticos

O Sistema Acadêmico de Graduação disponível no SISTEMA UEL possibilita o acesso pelas Secretarias de Centros, Departamentos, Colegiados, Diretores de Centros, Chefes e Vice-chefes de Departamentos, Coordenadores e Vice-coordenadores de Colegiados, Coordenadores de Estágios e TCCs, relativos a consultas, emissão de relatórios e atualizações. A incorporação dos avanços tecnológicos na UEL mantém suporte e organização por meio de um sistema de gerenciamento de informações acadêmicas e administrativas e de registros acadêmicos dinâmicos como Pauta Eletrônica.

O Sistema de Registro Eletrônico de Frequência e Rendimento Escolar pela Web têm como objetivo proporcionar aos docentes recursos que facilitem o controle de frequência e registro das avaliações de estudantes. Também, proporciona à PROGRAD, à PROPPG, à PROPLAN e aos estudantes acesso mais rápido a essas informações.

b) Potencialidades Identificadas

- O sistema de registro acadêmico implantado atende às necessidades institucionais e dos discentes, pela organização, informatização e diversificação de documentos disponibilizados.
- Quando pontualmente alimentado, fornece um amplo campo de informações a serviço de docentes e estudantes.
- O sistema de registro acadêmico de estudantes da pós-graduação evoluiu nos últimos anos, com a disponibilização de informações aos estudantes de forma organizada e informatizada.
- Desburocratização no processo de tramitação dos projetos e relatórios por meios digitais facilitando o trabalho.

c) Fragilidades Identificadas

- Falta agilidade no atendimento pessoal.
- O sistema de registro acadêmico, portal da UEL, carece que uma reforma visando melhorar a dinâmica do sítio.

- O aluno deveria ter acesso imediato aos lançamentos de presenças/faltas e não esperar pelo encerramento do período letivo
- Diversos documentos e processos ainda não se encontram informatizados e outros procedimentos ainda não podem ser realizados pelo sistema, demandando incontáveis ofícios e outros documentos.

d) Recomendações da CPA

- Integrar a ATI e Colegiados para melhoria do sistema de pauta eletrônica.
- Modernizar e otimizar a rede lógica da UEL e ferramentas eletrônicas disponíveis.

4.5. Sustentabilidade financeira.

Critério de Análise: Fontes de recursos previstas/executadas para o custeio e investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.

a) Ações/Políticas Previstas/Implantadas

Esse termo é comumente conhecido na dimensão ambiental, mas o conceito de sustentabilidade se aplica perfeitamente à vida financeira de uma Instituição no que se refere ao equilíbrio entre renda e consumo de modo a suprir as necessidades presentes e ao mesmo tempo garantir necessidades futuras.

As questões financeiras são imprescindíveis para as Universidades, principalmente porque é fator primordial para a continuidade de suas atividades. Nesse sentido, as metas propostas para o próximo quinquênio, registradas no PDI 2016-2021, foram elaboradas procurando garantir as melhores condições de desenvolvimento para a Universidade Estadual de Londrina (UEL). As metas propostas procuraram consolidar um conjunto de ações, já existentes, que, ao longo dos últimos anos, enfrentaram e ainda enfrentam o desafio do equilíbrio financeiro.

O Orçamento da UEL trata-se de um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas correspondentes às atividades da Universidade. O Orçamento é de responsabilidade da Reitoria e sua elaboração é da competência da PROPLAN. O Orçamento, no âmbito da Universidade, é aprovado pelo CU e encaminhado ao Governo do Estado para ser incorporado ao Orçamento do Estado, a fim de ser submetido à aprovação da Assembleia Legislativa. A execução do Orçamento na UEL é administrada pela Secretaria de Planejamento que, a partir de critérios e conveniências próprios, estabelece formas para a liberação dos recursos. A propósito, observa-se que, fora os recursos destinados à folha de pagamento, cujo critério de liberação obedece a uma sistemática datada, os demais recursos programados são liberados mediante a realização de receitas próprias. A Universidade elabora o seu orçamento em duas

partes: uma relativa à economia financeira da administração e manutenção do ensino superior da UEL e outra relativa à administração e manutenção do Hospital Universitário.

A PROAF afirma que há três fatores que influenciam diretamente a sustentabilidade financeira da UEL: 1) redução progressiva de recursos repassados pelo Estado; 2) aumento progressivo dos custos fixos e variáveis da UEL; 3) limitação nas ações geradoras de recursos financeiros.

b) Potencialidades Identificadas

- Os cursos ofertados pela UEL estão se desenvolvendo por meio de parcerias com a SETI, SEED, CAPES e CNPq e de acordos para a implementação de programas como: PARFOR, nos níveis de graduação, educação continuada e pós graduação; PEC-G; PEC-PG; PET; PIBID; PRO-SAÚDE III; TWAS/CNPq; PIBIC; Novos Talentos, Universidade Sem Fronteiras.

c) Fragilidades Identificadas

- Os recursos previstos pela PROPPG diminuíram significativamente no ano de 2016 em decorrência da crise econômica que passa o país. A execução do financeiro também foi dificultada pela falta de orçamento dos principais órgãos financiadores: CAPES/CNPq/Fundação Araucária/FINEP.
- No âmbito dos cursos de graduação, a falta dos recursos compromete o desenvolvimento dos seus PPCs. Detecta-se falta de equipamentos de laboratório, materiais básicos para aulas práticas e demais atividades.
- Os recursos previstos para gestão do Sistema de Bibliotecas têm sido aquém do necessário, existindo dificuldade para alcançar as metas estabelecidas, principalmente no que tange à aquisição de material didático para o atendimento às disciplinas dos cursos.

d) Recomendações da CPA

- Planejar e implantar políticas e fontes orçamentárias compatíveis com as atribuições que estão reservadas à UEL;
- Assegurar alocação de recursos governamentais, por meio da articulação das representações da UEL nos diversos conselhos, comitês e (ou) organizações de fomento a projetos acadêmicos;
- Aperfeiçoar os recursos infraestruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias e/ou procedimentos para utilização plena e racionalização da capacidade instalada da UEL;

- Antecipar fatos e necessidades institucionais, pela compatibilização do uso de recursos e possibilidades de financiamento, com o atendimento de novas missões e objetivos requeridos pela comunidade acadêmica.

4.6. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.

Critério de Análise: Planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado e sua relação com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.

a) Ações/Políticas Previstas/Implantadas

A UEL, por ser parte do Sistema de Ensino Superior do Paraná e dependente dos aportes financeiros da SETI, responsável pela gestão da política de ciência e tecnologia no Estado – tem necessidade de realizar o seu planejamento acoplado ao orçamento disponibilizado pelo Estado. É assim que o PEI, na UEL, assume um papel estratégico, de caráter operacional e participativo com o objetivo de planejar e obter recursos materiais e financeiros que garantam o desenvolvimento acadêmico de toda a Instituição. Desse modo, cabe ao PEI formatar “programas estratégicos” de desenvolvimento acadêmico e institucional que sejam programados e viabilizados em termos orçamentários.

Uma gestão institucional adequada pressupõe a elaboração de um planejamento e de recursos financeiros suficientes. O planejamento se condiciona às atividades a serem desenvolvidas dentro da instituição. As Instituições Estaduais de Ensino Superior elaboram anualmente os seus planejamentos orçamentários e encaminham para a mantenedora, o Governo do Estado do Paraná, para a homologação. O Estado realiza adequações que são encaminhadas para Assembleia Legislativa do Paraná para a aprovação da LOA. Esse montante dos recursos financeiros tem sido inadequado e insuficiente proporcionando ação negativa na gestão institucional.

b) Potencialidades Identificadas

- Esforços de captação de recursos externos por meio de concorrência a editais dos órgãos de fomento – CAPES, CNPq, FINEP (no âmbito federal), Fundação Araucária (no âmbito estadual), bem como do Fundo Paraná, tem se imposto como estratégia fundamental para investimentos com o objetivo de desenvolver a Instituição.

c) Fragilidades Identificadas

- Não há avaliação precisa para estabelecimento de prioridades e recursos suficientes para suprir as necessidades.
- O repasse de verbas à Universidade é insuficiente para suprir, tanto às propostas presentes no PDI, como às necessidades de custeio.

- Os recursos são escassos e a cada dia a falta de investimentos tem deixado os cursos de graduação desatualizados em termos de infraestrutura física e equipamentos, sendo de contramão com à capacitação dos docentes que apesar do alto nível tem suas ações limitadas.

d) Recomendações da CPA

- Discutir nos conselhos superiores as formas de cumprimento da Lei de investimentos na Educação pelo Governo do Estado.
- Criar um planejamento financeiro adequado com critérios estabelecidos de curto, médio e longo prazo para investimentos nos departamentos e centros de estudos da UEL.

4.7. Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente.

Critério de Análise: Gestão do corpo docente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.

a) Ações/Políticas Previstas/Implantadas

A Universidade é formada por servidores integrantes do Quadro de Carreira. A Lei nº 11.713, publicada no Diário Oficial nº 4997 de 07 de maio de 1997, dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

O Plano de Carreira dos Docentes do Magistério Superior das IES do Paraná é condizente com a Gestão do Corpo Docente da UEL, pois se trata de um plano aprovado por Lei Específica, na qual garante, com maior segurança jurídica, a política de incentivo à capacitação docente. Por esta razão, os programas institucionais voltados à formação e capacitação docente encontram-se amparados por norma legal, propiciando maior estabilidade e segurança na política de gestão do quadro.

Em função da titulação que possuem, os docentes recebem mensalmente parcela remuneratória denominada Adicional de Titulação, nas seguintes condições e não cumulativas (cf. Leis n.º 14.825/05 e n.º 15.944/08): 20% sobre o vencimento básico do seu regime de trabalho para detentores de títulos de Especialista; 45% sobre o vencimento básico do seu regime de trabalho para detentores de títulos de Mestre; 75% sobre o vencimento básico do seu regime de trabalho para detentores de títulos de Doutor ou Livre-Docente.

A admissão dos docentes se dá por meio de concurso público, mediante autorização governamental e da administração da UEL. O ingresso na carreira docente do Magistério do Ensino Superior ocorre no cargo previsto na lei, integrando o servidor, um dos regimes de trabalho parcial, tempo integral 40h (quarenta horas) semanais ou Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE). Os docentes da UEL estão distribuídos por regime de trabalho e vínculo

com a Instituição. Os Regimes são a CLT, CRES e o Regime Jurídico Estatutário. Os vínculos são Efetivos e Temporários. O Corpo Docentes da UEL é formado por 85,59% (1.414) de professores efetivos e 14,41% (238) de estatutários, professores temporários (UEL PRORH. Acesso em 30 março de 2015).

b) Potencialidades Identificadas

- A carreira docente está implementada na instituição.
- No ano de 2016, a UEL deu início a retomada dos concursos de professores titulares depois de mais de vinte anos de ausência de concurso de professor Titular na instituição.

c) Fragilidades Identificadas

- Falta de processo de avaliação docente para progressão na carreira com critérios claros estabelecidos pela IES. Há dificuldades para a progressão na carreira após a classe/nível de professor Associado C, que leva a um estrangulamento na carreira docente na classe Associado.

d) Recomendações da CPA

- Estabelecer um sistema de gestão do corpo docente junto ao Governo do Estado e a SETI, de forma a repor rapidamente os quadros de docentes, motivados principalmente pela necessidade de manter uma qualidade nos cursos de graduação e pós-graduação.
- Institucionalizar a avaliação docente em estágio probatório e efetivo, com critérios e instrumentos que avaliem a sua atuação nos três eixos da Universidade, Ensino, Pesquisa e Extensão.

4.8. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.

Critério de Análise: Gestão do corpo técnico-administrativo em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
--

a) Ações/Políticas Previstas/Implantadas

A Carreira Técnica Universitária é regida pela Lei 15.050/2006 e alterada pela Lei 17.382/2012. É composta de três cargos, denominados Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional, cada qual com funções singulares e multiocupacionais agregadas, estruturadas em três classes crescentes, que determinam a linha de desenvolvimento profissional de cada cargo, de acordo com a exigência de escolaridade para cada cargo e função. A descrição das atividades e tarefas do

cargo e das funções, a jornada e outras características estão definidas no Perfil Profissiográfico de cada função. O Corpo Técnico da UEL é formado por 3.483 servidores (Quadro 10). O Corpo Técnico da UEL está distribuído por Centro de Estudos, Órgãos de Apoio, Órgãos Suplementares, Assessoria, Pró-Reitorias e Coordenadorias.

Quadro 10. Corpo Técnico da UEL, por Órgãos e Centros de Estudos

NOME	TOTAL	%
Centro de Estudos	379	11
Órgãos da Reitoria	733	21
Órgãos de Apoio	189	5
Órgãos Suplementares	2.182	63
Total	3.483	100

Fonte: UEL PRORH - Acesso 30/03/2015

b) Potencialidades Identificadas

- A IES tem Plano de Cargos, Carreiras e Salários do corpo técnico administrativo que está definido por lei específica, o que garante maior segurança jurídica à política de gestão de pessoas.
- O plano prevê institutos legais que permitem ao gestor estabelecer uma política de capacitação com o correspondente desenvolvimento na carreira, além de contar com um Instrumento próprio de Avaliação de Desempenho, o que é imprescindível para aferição das competências necessárias ao exercício da função.

c) Fragilidades Identificadas

- Alguns servidores técnicos administrativos colocam que o plano de carreira implantado na IES não atende na sua totalidade os anseios dos servidores, como por exemplo, os servidores técnicos administrativos do nível médio não têm perspectivas de ascensão.

d) Recomendações da CPA

- Rever os critérios para ascensão dos técnicos administrativos, considerando a necessidade de manter um quadro atualizado, criando estratégias que possibilitem a formação continuada dos mesmos.

3.3 Síntese da Análise dos Resultados – Eixos 3 e 4

As metas e ações previstas no PDI em sua maioria contemplam as indicações de todas as instâncias pesquisadas (centros de estudos, departamentos e colegiados, pró reitorias, órgãos de apoio e suplementares). No entanto, as mesmas precisam ser implantadas, acompanhadas e avaliadas sistematicamente quanto ao seu cumprimento. Em anos anteriores constata-se que muitas metas não foram alcançadas por diferentes motivos. Fatores como a redução progressiva de recursos repassados pelo Estado e o aumento progressivo dos custos

fixos e variáveis da UEL, têm sido apontados como obstáculos para o desenvolvimento pleno desta Instituição.

Após a análise dos eixos apresentados nesta avaliação, esse relatório recomenda:

- Incentivar as atividades de ensino, pesquisa e extensão integradas às demandas internas da própria Universidade.
- Implementar de forma efetiva as metas propostas no PDI/UEL (2016 – 2021);
- Potencializar a cultura da Avaliação Institucional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Avaliação Institucional não deve ser considerada um fim em si mesmo, mas sim um dos instrumentos capazes de permitir a reflexão da instituição sobre o planejamento na melhoria da qualidade, democratização e transparência nas Universidades.

Este Relatório de Autoavaliação parte da premissa de que as potencialidades e fragilidades aqui apontadas devem ser compreendidas e avaliadas no intuito de se construir na UEL uma dinâmica institucional de avaliação que contemple as especificidades de demanda dos Cursos que a constituem.

Cabe enfatizar que a Avaliação Institucional não pode se resumir à contabilidade e mensuração de indicadores quantitativos, mas sim atribuir significados sobre a organização e gestão institucionais, levando em consideração a trajetória histórica e contextual de cada IESs, sua localização social e as relações que desenvolve para a realização de seus fins.

Finalmente, este Relatório de Autoavaliação não tem a pretensão de apresentar conclusões absolutas. Cabe, aqui, reiterar que esse Relatório se insere no permanente processo de debate, desenvolvimento e amadurecimento institucional, no sentido de oferecer subsídios concernentes ao Planejamento e Evolução da UEL.

Este é o maior desafio desta Comissão e da comunidade universitária da UEL.

5. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, POR; Edições 70/LDA, 2009.

BRANDALISE, M.A.T. *Avaliação de Cursos de graduação na perspectiva dos egressos: um indicador de avaliação institucional*. Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul- ANPED/SUL, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. *INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA: Subsídio os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial)*, Brasília, jan.2014.

VERHINE, R.E.; FREITAS, A.A.S.M. *A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional*. Revista *Ensino Superior*. Campinas, UNICAMP, v.7, pp.16-39, 2012.